

Prezados Acionistas do Banco ABC Brasil S.A.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, apresentamos à V.Sas., informações adicionais pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A. com data prevista para **28 de abril de 2023**.

Informamos, ainda, que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes e o resumo do Parecer do Comitê de Auditoria foram publicados no jornal Valor Econômico no dia 09 de fevereiro de 2023 e foram disponibilizados no sítio da CVM na Internet por meio do Sistema Empresas.Net, juntamente com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) no dia 08 de fevereiro de 2023.

Referidos documentos encontram-se à disposição dos Acionistas, no sítio do Banco ABC Brasil na Internet: <http://ri.abcbrasil.com.br>

Atenciosamente,

Sergio Lulia Jacob
Diretor Presidente

Sergio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO.....	5
COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	6
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	55
ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 7.3 A 7.6 - FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	60
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	64
PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	88



BANCO ABC BRASIL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue:

DATA E HORÁRIO:

28 de abril de 2023, às 12h.

LOCAL:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado.

ORDEM DO DIA:

I - Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022; e
- b) Destinar o lucro do exercício de 2022.

II - Assembleia Geral Extraordinária:

Examinar proposta do Conselho de Administração sobre:

- a) Fixação da remuneração global dos Administradores, nos termos do Estatuto Social da Companhia;
- b) Deliberar sobre política de remuneração de Administradores;

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- (i) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da Companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.
- (ii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.
- (iii) Os acionistas devem provar a sua qualidade como tal, apresentando na sede da Companhia documento de identidade e comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.) até o início da Assembleia.
- (iv) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 17 do Estatuto Social, os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Assembleia.
- (v) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias que serão deliberadas na Assembleia, no entanto, poderão manifestar sua intenção em:
(a) instalar o Conselho Fiscal; e (b) eleger um membro do Conselho Fiscal em votação em separado.
- (vi) As manifestações de que trata o item “v”, “a” e “b, acima poderão ser feitas através de votação a distância, conforme instruções do Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia.

Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site <http://ri.abcbrasil.com.br> e nos sites da CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Khaled Said Ramadan Kawan
Presidente do Conselho de Administração

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO

Informamos que o Banco ABC Brasil disponibilizará acesso à plataforma digital Microsoft Teams, que possibilitará a participação remota dos acionistas na Assembleia Geral Ordinárias e Extraordinária a ser realizada em 28/04/2023 às 12h (“AGOE”), de modo exclusivamente digital.

Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão preferencialmente depositar na sede da Companhia todos os documentos necessários para verificação da representação em até 2 (dois) dias antes da Assembleia, ou seja, até o dia 26/04/2023.

- **Plataforma Digital:** Microsoft Teams

- **Link para acesso:** Será concedido após envio de todos os documentos necessários à verificação da representação do acionista.

Recomendamos que o acionista acesse a plataforma digital com antecedência de 20 minutos a fim de evitar eventuais problemas operacionais.

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco ABC BRASIL S.A.

2022

O ano de 2022 inicia-se com uma recuperação das atividades econômicas em todo o mundo, devido ao avanço da vacinação de COVID-19 e à diminuição das medidas de restrição gerando assim um impacto positivo na economia brasileira. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 2,1%, em meio às incertezas em relação à alta da inflação, a qual pode ocasionar uma redução do poder de consumo do brasileiro. No ambiente externo, temos um cenário de turbulência devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia e à perspectiva de aumento nas taxas de juros em várias economias.

Mesmo nesse cenário desafiador, o Banco ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2021 e conseguiu dar continuidade à sua estratégia de expansão no segmento Middle, que vem se tornando cada vez mais representativo na carteira de crédito, além da maturação de novas iniciativas e a diversificação de serviços e produtos oferecidos. O ambiente corporativo brasileiro se encontrava numa perspectiva de retomada, o que permitiu com que o Banco executasse seu plano de expansão da carteira de crédito, atingindo um crescimento dentro do indicado no Guidance para 2022.

Em paralelo aos investimentos realizados para expansão do segmento Middle, ao longo de 2022 foi observado a maturação de iniciativas que começam a trazer resultados consistentes para o Banco. Dentre elas estão a Comercializadora de Energia, a Corretora de Seguros e o ABC Link. Essas novas iniciativas seguem ganhando escala, e devem cada vez mais contribuir na geração de resultados do ABC Brasil.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$800,2 milhões em 2022 (aumento de 39,9% em relação a 2021) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,2% (12,8% em 2021). Ao final de 2022, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$43,3 bilhões (crescimento de 14,7% em relação ao final de 2021), com um patrimônio líquido de R\$5,2 bilhões e índice de Basileia de 15,2%, com o Capital de Nível 1 representando 13,1%.

Em termos de estratégia de atuação, o Banco ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira

para clientes corporativos. Além disso, o banco realizou o maior ciclo de investimentos de sua história, investindo consideravelmente em capital humano e tecnologia, o que permitiu que o Banco escalasse seus serviços para mais de 1.200 clientes corporativos.

No lado da Receita de Serviços, o ABC Brasil teve novamente receita recorde de R\$145,1 milhões no Banco de Investimento (crescimento de 35,2% contra 2021), com destaque para a área de Debt Capital Markets. A linha de receitas com Tarifas e Corretagem de Seguros cresceu 67,2% em 2022 quando comparada a 2021, beneficiada, entre outros fatores, pela maturação da operação da ABC Corretora de Seguros. Por fim, em 2022 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$167,5 milhões, decréscimo de 5,6% em relação a 2021.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basileia adequado (15,2% em dezembro de 2022). Em 2022 o Banco não recapitalizou os juros sobre o capital próprio distribuídos, devido a sua sólida posição de capital. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o Banco ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida no mesmo ritmo do ano anterior (entre 12% e 16% para 2023), com a leve redução do ritmo de crescimento da carteira Middle (entre 35% e 45% em 2023). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos em 2022.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2021

O ano de 2021 inicia-se em meio a um cenário de crise na saúde pública devido à pandemia de COVID-19, porém com uma perspectiva da retomada da atividade econômica com o início da vacinação no Brasil. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 3,3% em meio à incertezas quanto à política fiscal do país, em razão das medidas tomadas para amenizar os efeitos da pandemia e à crise na cadeia de suprimentos mundial.

Mesmo nesse cenário desafiador, o Banco ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2020 e conseguiu dar continuidade à sua estratégia de expansão no segmento

Middle, que vem se tornando cada vez mais representativo na carteira de crédito. A originação mais seletiva de crédito a fim de priorizar operações com melhor retorno sobre capital, embora tenha contribuído para uma expansão na margem com clientes, levou a um crescimento de carteira levemente abaixo do indicado no *Guidance* para 2021.

Em paralelo aos investimentos realizados para expansão do segmento *Middle*, ao longo de 2021 foram feitos investimentos em novas linhas de negócios, como a Comercializadora de Energia, a Corretora de Seguros, ABC Link, Credit-to-Enterprise (C2e) e Crédito Consignado Privado. Essas novas iniciativas seguem ganhando escala, e devem cada vez mais contribuir na geração de resultados do ABC Brasil.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$572,2 milhões em 2021 (aumento de 77,7% em relação a 2020) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 12,8% (7,8% em 2020). Ao final de 2021, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$37,7 bilhões (crescimento de 9,7% em relação ao final de 2020), com um patrimônio líquido de R\$4,7 bilhões e índice de Basileia de 15,1%, com o Capital de Nível 1 representando 13,6%.

Em termos de estratégia de atuação, o Banco ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Em de janeiro de 2021 o Banco realizou uma nova segmentação de clientes, com o objetivo de ajustar a estrutura da organização para melhor atender grupos de clientes com necessidades similares. Na nova segmentação, o *Middle* passa a atender empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões; o *Corporate* atende empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões, e por fim, o *C&IB – Corporate & Investment Banking* (antigo *Large Corporate*) atende empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões.

No lado da Receita de Serviços, o ABC Brasil teve receita recorde de R\$107,4 milhões no Banco de Investimento (crescimento de 101,3% contra 2020), com destaque para a área de Debt Capital Markets, que precificou 47 transações em 2021. A linha de receitas com Tarifas e Corretagem de Seguros cresceu 45,0% em 2021 quando comparada a 2020, beneficiada, entre outros fatores, pelo início da operação da ABC Corretora de Seguros, que completou seu primeiro trimestre integral de operação no 4T21. Por fim, em 2021 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$177,4 milhões, crescimento de 0,4% em relação a 2020.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a *funding* competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basileia adequado (15,1% em dezembro de 2021). Em 2021 o Banco não recapitalizou os juros sobre o capital próprio distribuídos, devido a sua sólida posição de capital. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos

mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o Banco ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida em um ritmo mais acelerado (entre 12% e 16% para 2022), com destaque para um maior crescimento da carteira *Middle* (entre 40% e 50% em 2022). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco irá investir principalmente na expansão dos time comerciais. Esses investimentos serão acompanhados por investimentos em tecnologia e transformação digital, a fim de melhorar a experiência dos clientes, ganhar escalabilidade e reduzir custos por transação.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, *funding* competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2020

O ano de 2020 inicia-se com uma perspectiva macroeconômica positiva: crescimento do PIB para o ano estimado em 2,5% e um ambiente benigno de crédito. Para o Banco ABC Brasil, as expectativas eram de escalar a presença no segmento *Middle*, de um ano promissor para as receitas de Banco de Investimentos após receitas recordes em 2019 e de um crescimento das Despesas de Pessoal e Administrativas como parte dos investimentos ligados a inovação e no próprio segmento *Middle*.

No entanto, em meados de março, o mundo foi surpreendido pela a pandemia da COVID-19 que desencadeou uma crise de saúde pública, com efeitos nocivos na economia em escala global. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil atuou para garantir a solidez do sistema financeiro, implementando medidas como a Resolução 4.820 – que limitou a distribuição de proventos e vedou programas de recompra de ações – e dando continuidade ao ciclo de queda da taxa SELIC, que atingiu a marca de 2,0% ao ano.

Nesse ambiente desafiador de 2020, o Banco ABC Brasil mostrou que: 1) estava bem posicionado antes de entrar na crise; 2) a sua estratégia de entrada no segmento *Middle* foi acertada; 3) a senioridade e experiência do time de gestão possibilitaram decisões rápidas e assertivas; 4) as iniciativas de inovação e os investimentos estruturantes, não só não pararam, mas foram acelerados; e que 5) o modelo de negócios se mostrou, mais uma vez, resiliente.

Considerando as condições que se apresentaram, o Banco ABC Brasil entregou bons resultados, com destaque para : (i) o crescimento da carteira de crédito expandida e do número de clientes, em especial no segmento *Middle*; (ii) a extensão do portfólio de produtos com o início das operações da Comercializadora de Energia; e (ii) dos esforços para otimizar os canais de

distribuição com o lançamento do ABC Link, um modelo de distribuição de serviços financeiros através de escritórios parceiros utilizando a figura do correspondente bancário.

As projeções (“*Guidance*”) anteriormente realizadas pelo Banco ABC Brasil para os anos de 2020 e 2021, publicadas na divulgação de resultados do 4º Trimestre de 2019, foram suspensas devido às incertezas causadas pela pandemia da COVID-19 e seus diversos impactos no cenário econômico.

O lucro líquido contábil do Banco totalizou R\$322,1 milhões em 2020 (redução de 39,0% em relação a 2019) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 7,8% (13,7% em 2019). Ao final de 2020, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$34,4 bilhões (crescimento de 14,0% em relação ao final de 2019), com um patrimônio líquido de R\$4,3 bilhões e índice de Basileia de 16,9%, com o Capital de Nível 1 representando 14,7%.

Em termos de estratégia de atuação, o Banco manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos dos segmentos *Middle* (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$250 milhões), *Corporate* (empresas com faturamento anual entre R\$250 milhões e R\$2 bilhões) e *Large Corporate* (empresas com faturamento anual acima de R\$2 bilhões).

No lado da Receita de Serviços, o Banco foi inicialmente afetado pela redução da atividade do mercado de capitais por razão da pandemia, mas ao longo do ano pôde gradativamente retornar a patamares de receita mais em linha com o desempenho histórico. A receita de Banco de Investimentos, que em 2019 apresentou resultados recordes, encerrou o ano de 2020 com uma receita de R\$53,3 milhões. Área essa que, além de fortalecer o seu posicionamento no mercado de capitais brasileiro nos segmentos de emissão de renda fixa local (*Debt Capital Markets - DCM*) e fusões e aquisições (*Mergers & Acquisitions - M&A*), realizou a sua primeira operação no mercado de renda variável local (*Equity Capital Markets - ECM*) no quarto trimestre de 2020.

Em 2020, o Banco realizou o processo de recapitalização dos juros sobre capital próprio distribuídos, realizado semestralmente desde 2012 e que havia sido interrompido em 2019, contribuindo para a manutenção de uma base de capital sólida em meio a pandemia da COVID-19 e para fazer frente à retomada do crescimento. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com abundância de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, de boas perspectivas de crescimento baseadas em 3 pilares – Clientes, Produtos e Canais – o Banco ABC Brasil espera continuar crescendo a carteira de crédito

expandida entre 12% e 16% para 2021, com destaque para um maior ritmo de crescimento da carteira *Middle* - entre 45% e 55% para o período. No entanto, o Banco manterá sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, *funding* competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

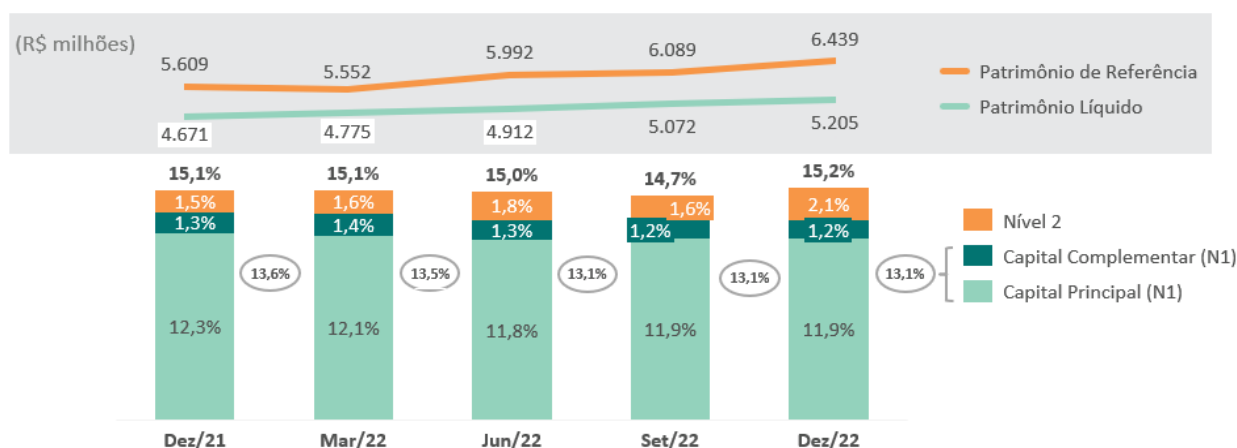
Indicadores

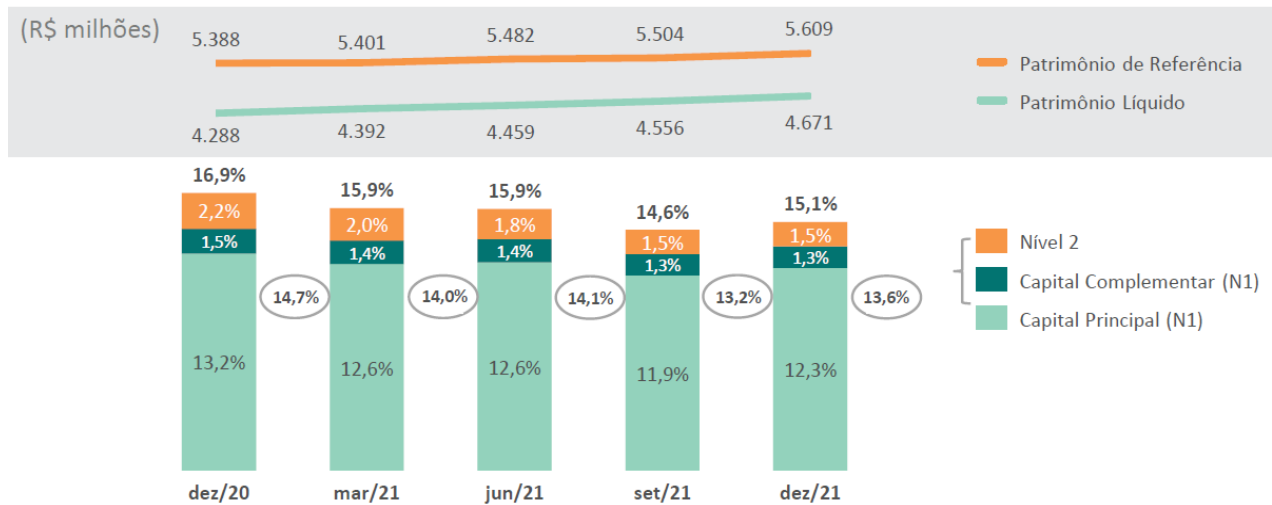
Apresentamos a seguir comentários sobre nossos principais indicadores:

i) Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.178/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

Abaixo demonstramos o cálculo e a evolução do nosso Índice de Basileia:





Em Dez/22 o Índice de Basileia do Banco era 15,2%, sendo 13,1% capital de nível I e 2,1% capital de nível II. O aumento de 0,1 p.p desse indicador no comparativo com Dez/21 decorre: (i) do aumento da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; apesar do (iii) aumento da carteira de crédito no período.

Em Dez/21 o Índice de Basileia do Banco era 15,1%, sendo 13,6% capital de nível I e 1,5% capital de nível II. A redução de 1,8 p.p desse indicador no comparativo com dez/20 decorre: (i) do crescimento de 9,7% da carteira expandida em 2021; e (ii) da redução da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco.

Em Dez/20 o Índice de Basileia do Banco era 16,9%, sendo 14,7% capital de nível I e 2,2% capital de nível II. A manutenção desse indicador no comparativo com Dez/19 decorre: (i) da otimização do consumo do RWA de alguns ativos, (ii) do aumento de capital de R\$28,8 milhões, resultado da recapitalização de proventos; apesar do (iii) do crescimento de 14,0% da carteira expandida em 2020; e (iv) da redução da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco.

Ressaltamos que as operações de garantias prestadas fazem parte do ativo ponderado pelo risco (RWA), também fazendo parte do cálculo do Índice de Basileia do Banco.

ii) Índice de Eficiência Operacional

O quadro abaixo apresenta o cálculo e a evolução do nosso Índice de Eficiência Operacional:

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	2022x2021	2021x2020
Índice de Eficiência (A/B)	38,4%	35,0%	37,1%	3,4	-2,1
DESPESAS (A)	(876,7)	(590,5)	(490,2)	48,5%	20,5%
Despesas de Pessoal	(379,0)	(279,9)	(235,4)	35,4%	18,9%
Despesas Administrativas	(221,3)	(143,3)	(117,0)	54,4%	22,4%
PLR	(276,5)	(167,3)	(137,8)	65,3%	21,4%
RECEITAS (B)	2.283,9	1.688,7	1.321,3	35,2%	27,8%
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.019,0	1.464,5	1.138,6	37,9%	28,6%
Receita de Serviços	388,3	330,0	261,3	17,7%	26,3%
Despesas Tributárias	(103,4)	(79,8)	(61,5)	29,7%	29,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(15,8)	(21,9)	(40,5)	-27,8%	-46,1%
Provisão para Devedores de Garantias Prestada	(4,2)	(4,2)	23,4	-1,1%	-118,2%

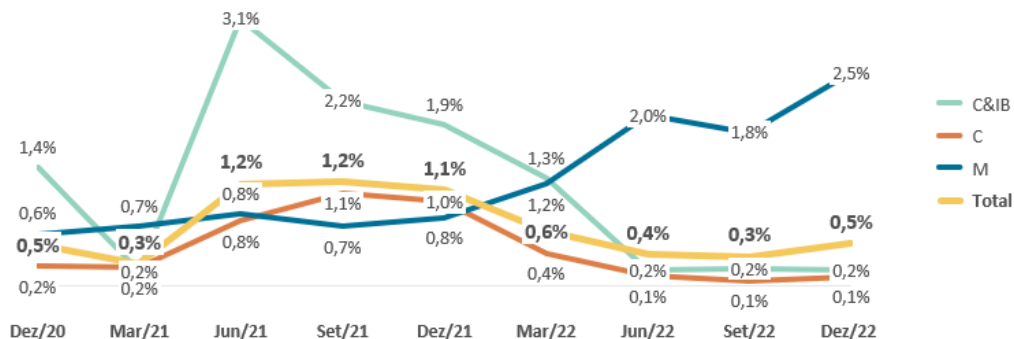
Em 2022 o Índice de Eficiência foi de 38,4%, variando +3,4 p.p em relação a 2021. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas Despesas de Pessoal e Administrativas e PLR.

Em 2021 o Índice de Eficiência foi de 35,0%, variando -2,1 p.p em relação a 2020. Essa variação se deve, principalmente, a um crescimento das receitas em ritmo superior à expansão nas Despesas de Pessoal e Administrativas, resultado principalmente de uma melhora na Margem Financeira.

Em 2020 o Índice de Eficiência foi de 37,1%, variando +0,1 p.p em relação a 2019. Essa leve variação se deve, principalmente, à redução da Receita de Serviços e Outras Receitas (Despesas) Operacionais, além do aumento nas Despesas Administrativas e de Pessoal, efeitos esses que praticamente se anularam.

iii) Indicadores da Carteira de Crédito

Operações com atrasos acima de 90 dias (inclui parcelas vencidas e vincendas) % da carteira de empréstimos



Este indicador compreende o saldo das operações com atraso superior a 90 dias, que encerrou dezembro de 2022 em 0,5%, apresentando uma queda em relação ao final do ano de 2021 (1,1%). Essa queda é justificada pela diminuição do atraso nos segmentos CI&B e Corporate,

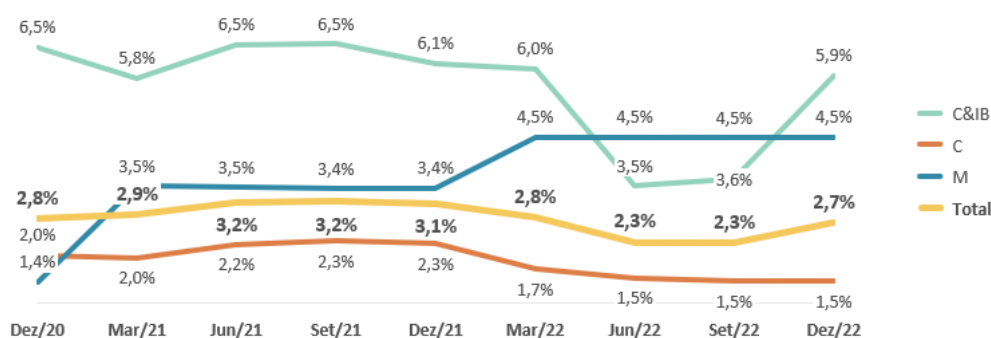
apesar do aumento no segmento Middle com o mencionado índice permaneceu abaixo da média histórica.

Este indicador encerrou dezembro de 2021 em 1,1%, apresentando um aumento em relação ao final do ano de 2020 (0,5%). Trata-se de um nível em linha com a média histórica, mostrando que mesmo com os impactos da pandemia, o portfólio se manteve resiliente. O mencionado índice permaneceu abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional.

Já se formos comparar o índice de dezembro de 2020 (0,5%), observamos que apresentou um declínio em relação ao final do ano de 2019 (1,0%). Trata-se de um nível abaixo da média histórica, mostrando um nível de atraso bastante comportado. O mencionado índice também permaneceu abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional.

Saldo de PDD

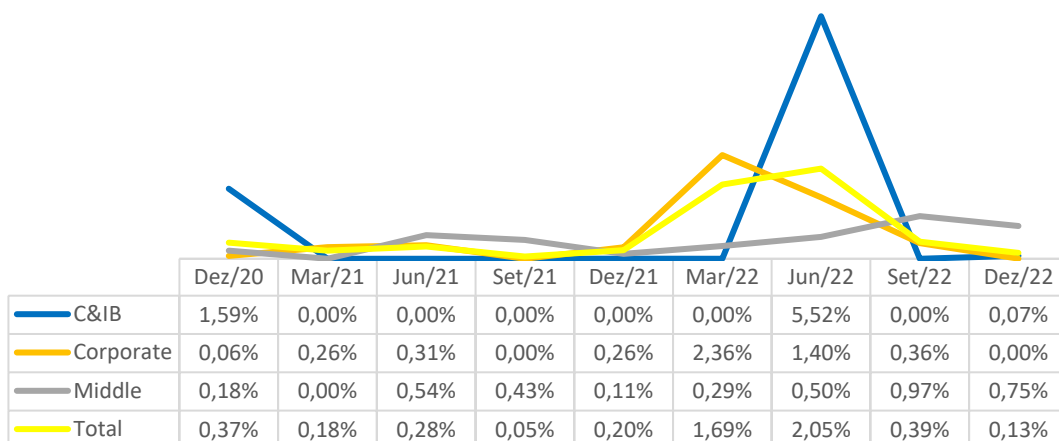
% da carteira de empréstimos



O Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) representou 2,7% da carteira de empréstimos em dezembro de 2022 (3,1% em dezembro de 2021 e 2,8% em dezembro de 2020). A maior parte deste aumento foi reflexo de um evento isolado de um cliente no segmento C&IB, que gerou um incremento na constituição de provisões.

Créditos baixados para prejuízo

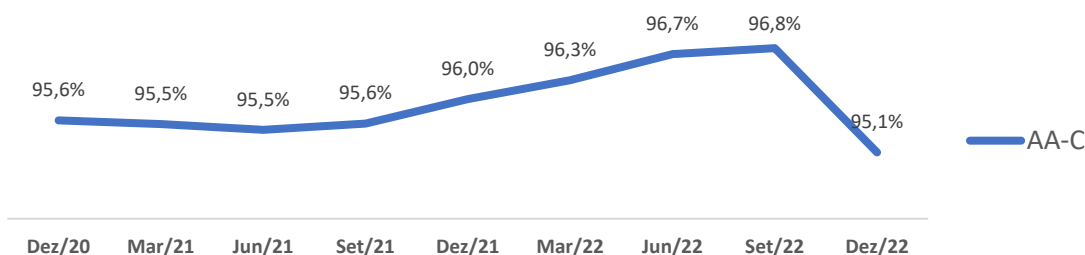
% da carteira de empréstimos



O gráfico acima apresenta os fluxos trimestrais de créditos baixados a prejuízo nos últimos três anos. As variações desse indicador refletem o comportamento da inadimplência e o processo de provisionamento, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

Operações classificadas entre AA e C – Resolução 2.682 do Banco Central

% da carteira de empréstimos



As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco entre AA (melhor indicador) e H (pior indicador), seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, o histórico de relacionamento e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil – BACEN. Usualmente as instituições financeiras realizam operações de crédito somente com clientes que tenham uma classificação inicial de crédito entre AA e C, de modo que, caso um cliente venha a ser classificado com rating D ou inferior, isso significa que ele teve sua classificação de risco rebaixada pela instituição financeira. Assim, o percentual das operações classificadas entre AA e C é utilizado por analistas de mercado como um indicador da qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras.

Em 2022 esse indicador se manteve em patamares elevados e apresentou tendência de alta até quase o final do ano, quando um evento isolado em um cliente do segmento CI&B fez com que seus créditos fossem reclassificados de AA para E, contribuindo para que esse indicador encerrar dezembro de 2012 com 95,1% das operações classificadas entre AA e C.

Em 2021 esse indicador se manteve em patamares elevados, com tendência de alta no final do ano, encerrando 2021 com 96,0% das operações classificadas entre AA e C (contra 95,6% em dezembro de 2020).

Em 2020 esse indicador apresentou uma queda no segundo trimestre, refletindo um maior conservadorismo na classificação das operações de crédito em função das incertezas causadas pela COVID-19. Já ao fim de dezembro de 2020, o mesmo voltou aos níveis anteriores à pandemia, encerrando o ano com 95,6% das operações classificadas entre AA e C.

b) Estrutura de capital

(R\$ mil)	Dez/22	% em relação ao passivo total	Dez/21	% em relação ao passivo total	Dez/20	% em relação ao passivo total
Passivo Total (a)	57.408.884	100,0%	49.565.970	100,0%	43.328.841	100,0%
Capital Próprio (b)	5.207.403	9,1%	4.670.658	9,4%	4.288.263	9,9%
Capital de Terceiros (a) - (b)	52.201.481	90,9%	44.895.312	90,6%	39.040.578	90,1%

O Banco ABC Brasil entende que a atual estrutura de capital é adequada para o seu plano de negócios. A representatividade do capital de terceiros para o financiamento das operações é normal para uma companhia cuja atuação principal é a intermediação financeira.

A tabela a seguir demonstra a distribuição do capital próprio do Banco em número de ações:

Estrutura de Capital

Número de Ações (Unidades)	dez/22	dez/21	dez/20
ON	113.445.475	113.445.475	110.795.134
PN	107.407.332	106.647.086	106.554.831
Subtotal	220.852.807	220.092.561	217.349.965
Ações em Tesouraria (PN)	5.237.311	5.997.557	3.540.902
Total	226.090.118	226.090.118	220.890.867

Em dezembro de 2022, o Capital Social total do Banco ABC Brasil era de R\$4,3 bilhões, composto por 226.090.118 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 113.445.475 ações ordinárias e 112.644.954 ações preferenciais.

Em dezembro de 2021, o Capital Social total do Banco ABC Brasil era de R\$4,3 bilhões, composto por 226.090.118 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 113.445.475 ações ordinárias e 112.644.643 ações preferenciais. O aumento no Capital Social ocorreu mediante a incorporação do saldo de “Reserva Legal” e “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos”, no valor de R\$1,7 bilhões, em dezembro de 2021.

Em dezembro de 2020, o Capital Social total do Banco ABC Brasil era de R\$2,6 bilhões, composto por 220.890.867 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 110.795.134 ações ordinárias e 110.095.733 ações preferenciais.

As tabelas abaixo demonstram a composição acionária do Banco em 2022, 2021 e 2020:

Número de Ações (Unidades)	Dez/22					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	113.445.235	100,0%	27.140.382	24,1%	140.585.617	62,2%
Outros	240	0,0%	80.266.950	71,3%	80.267.190	35,5%
Tesouraria	0	0,0%	5.237.311	4,6%	5.237.311	2,3%
Total	113.445.475	100,0%	112.644.643	100,0%	226.090.118	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/21					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	108.952.477	96,0%	27.140.382	24,1%	136.092.859	60,2%
Outros	4.492.998	4,0%	79.506.704	70,6%	83.999.702	37,2%
Tesouraria	0	0,0%	5.997.557	5,3%	5.997.557	2,7%
Total	113.445.475	100,0%	112.644.643	100,0%	226.090.118	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/20					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	106.302.136	95,9%	26.258.969	23,9%	132.561.105	60,0%
Outros	4.492.998	4,1%	80.295.862	72,9%	84.788.860	38,4%
Tesouraria	0	0,0%	3.540.902	3,2%	3.540.902	1,6%
Total	110.795.134	100,0%	110.095.733	100,0%	220.890.867	100,0%

i. Hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

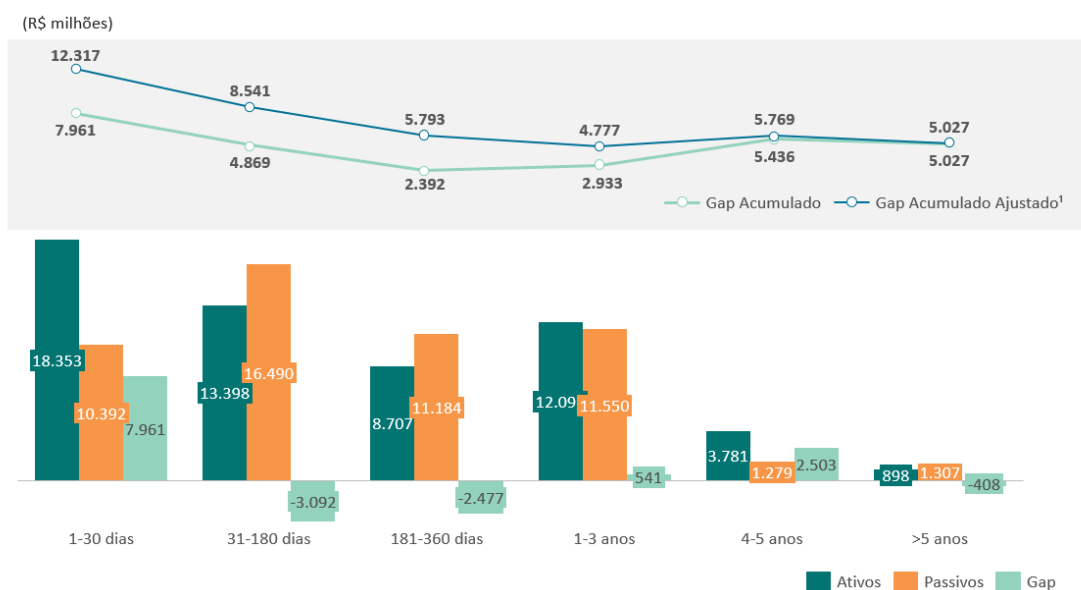
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Política de Gestão de Ativos e Passivos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco ABC Brasil visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, a política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar a relação risco/retorno e assegurar que a disponibilidade de liquidez seja suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidades de capital de giro.

A tesouraria do Banco é responsável pela diversificação das fontes de captação de recursos, gestão de disponibilidades, controle de vencimentos, taxas de juros e moedas, e segue as políticas definidas pelo Comitê Financeiro (composto pelo Comitê Executivo, Diretor responsável pela área de Risco, Diretor responsável pela área de Planejamento e Diretor responsável pela área de Gerenciamento de Ativos e Passivos), que se reúne semanalmente para deliberar sobre tais políticas e avaliar sua implementação. Na tesouraria, a área de gestão de ativos e passivos mantém um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base nos níveis de recursos e na capacidade de obter acesso a recursos financeiros, a liquidez total do Banco é suficiente para cumprir as obrigações atuais junto aos clientes e detentores de títulos de dívida do Banco, bem como suportar possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades para capital de giro.

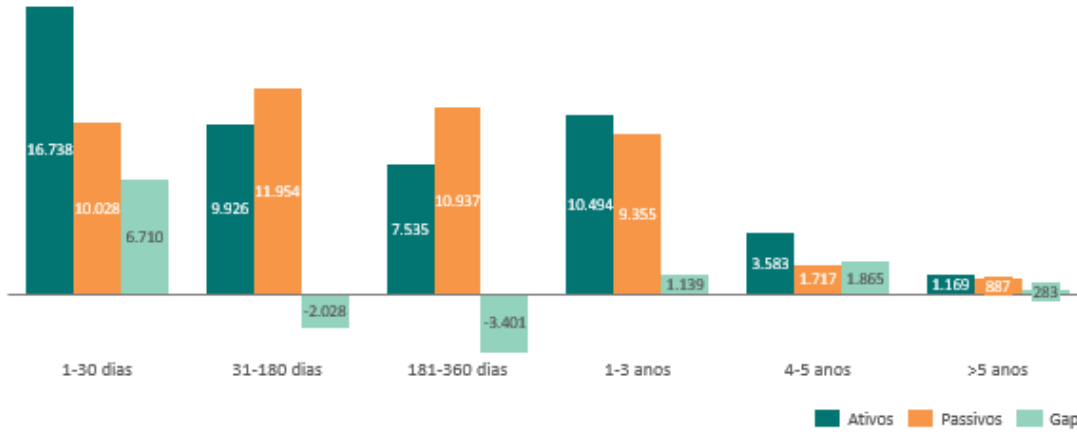
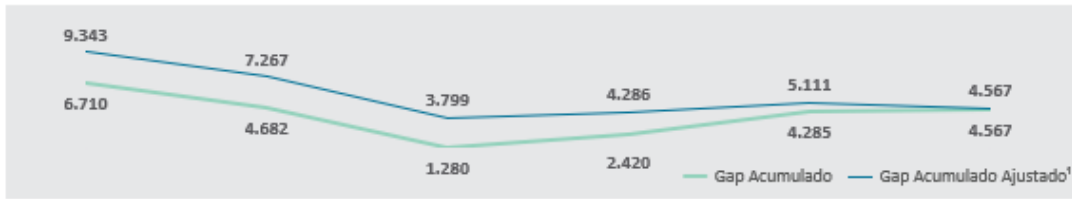
O gráfico abaixo contém a distribuição de ativos e passivos do Banco por prazo, ao final de 2021, 2020 e 2019:



¹Considera como títulos de liquidez de 1-30 dias os títulos públicos federais, pois são passíveis de conversão em caixa através de operações compromissadas ou venda no mercado secundário.

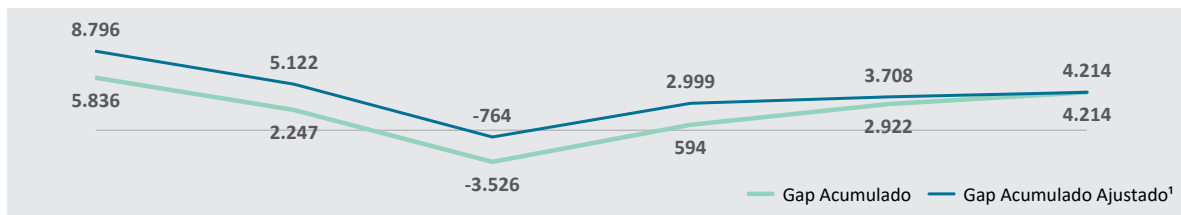
(31.dez.2022)

(R\$ milhões)

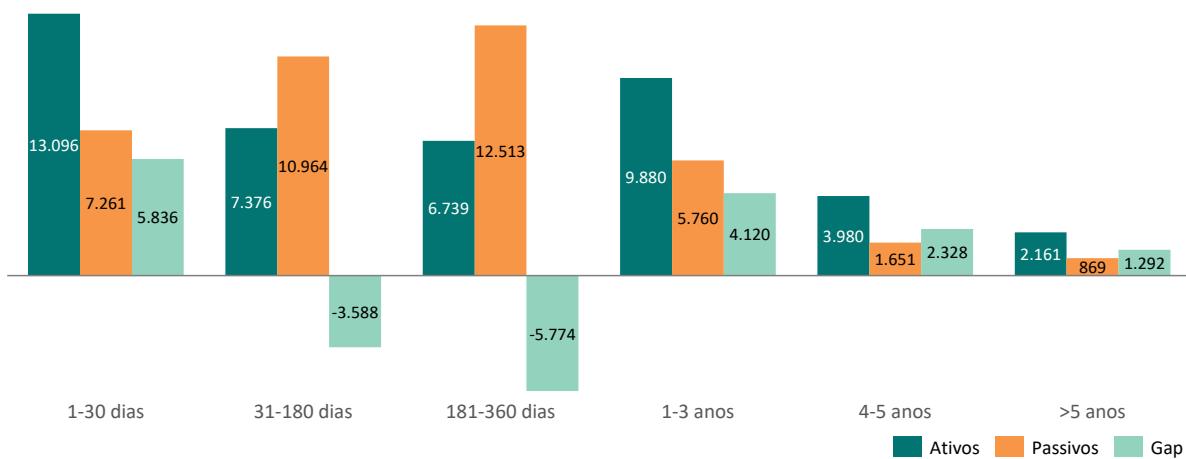


¹Considera como títulos de liquidez de 1-30 dias os títulos públicos federais, pois são passíveis de conversão em caixa através de operações comprissadas ou venda no mercado secundário.

(31.dez.2021)



(R\$ milhões)



¹Considera como títulos de liquidez de 1-30 dias os títulos públicos federais, pois são passíveis de conversão em caixa através de operações comprissadas ou venda no mercado secundário.

(31.dez.2020)

Liquidez

A política do Banco é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras e o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Procuramos garantir acesso contínuo a fontes diversificadas de financiamentos a custos eficientes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro e dos ativos circulantes e não-circulantes do Banco é feito através de seu capital próprio, conforme descrito no item 2.1.b, e das captações de recursos realizadas junto a terceiros, também descritas no item 2.1.f, e nas demonstrações financeiras, que incluem emissões de certificados de depósitos bancários, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, obrigações por empréstimos, obrigações por repasses e títulos emitidos no exterior.

O Banco tem acesso a diversificadas fontes de financiamento locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, órgãos multilaterais, etc). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores, etc).

Historicamente, o Banco tem diversificado suas fontes de financiamento, o que tem sido adequado ao controle de liquidez, pois proporciona a possibilidade de manter um saldo de caixa elevado, conforme explicado anteriormente, e que se mostrou eficiente em períodos de crise de liquidez. Adicionalmente, o Banco tem mantido índices de liquidez significativamente superior aos limites estabelecidos como mínimos, e tendo como um dos principais pontos de sua política de captação de recursos o alongamento dos prazos, além dos esforços em manter o mesmo nível relativo de custos praticado atualmente.

Segue abaixo um detalhamento das fontes de financiamento do Banco ao final dos anos de 2022, 2021 e 2020:

Depósitos

	Dezembro de 2022					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	345.157	3.589.586	5.090.466	1.290.787	64.572	10.380.568
À vista	345.157	-	-	-	-	345.157
Interfinanceiros	-	24.512	442.776	37.352	-	504.640
A prazo	-	3.565.074	4.647.690	1.253.435	64.572	9.530.771
Captações no mercado aberto	-	1.519.555	-	-	-	1.519.555

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2021					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	285.183	2.490.352	4.362.862	840.768	77.297	8.056.462
À vista	285.183	-	-	-	-	285.183
Interfinanceiros	-	116.826	379.985	34.373	-	531.184
A prazo	-	2.373.526	3.982.877	806.395	77.297	7.240.095
Captações no mercado aberto	-	1.396.475	-	-	-	1.396.475

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2020					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	383.476	-	-	-	-	383.476
Depósitos interfinanceiros	-	113.953	566.107	30.181	-	710.241
Depósitos a prazo	-	2.820.463	5.586.423	558.768	96.050	9.061.704
Captações no mercado aberto	-	1.370.144	-	-	-	1.370.144
Total - Dezembro de 2020	383.476	4.304.560	6.152.530	588.949	96.050	11.525.565

(Valores em R\$ mil)

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Dezembro de 2022					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.413.091	5.907.935	7.756.468	274.204	17.351.698
Letras de crédito imobiliário	-	355.174	538.407	146.695	1.859	1.042.135
Letras de crédito do agronegócio	-	1.678.329	2.763.978	869.123	3.713	5.315.143
Letras financeiras	-	1.379.483	2.605.328	6.737.771	268.632	10.991.214
Certificados de operações estruturadas	-	105	222	2.879	-	3.206

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2021					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	1.697.094	3.929.934	5.933.085	784.911	12.345.024
Letras de crédito imobiliário	-	190.251	445.108	578.108	8.080	1.217.547
Letras de crédito do agronegócio	-	380.945	2.241.037	935.843	28.868	3.588.491
Letras financeiras	-	1.122.199	1.243.185	4.420.835	750.165	7.536.384
Certificados de operações estruturadas	-	3.699	804	299	-	4.802

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2020				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Letras de crédito imobiliário	233.766	361.875	175.866	26.252	797.759
Letras de crédito do agronegócio	701.850	1.118.606	850.389	103.790	2.774.635
Letras financeiras	600.931	3.154.167	2.432.261	663.374	6.850.733
Captações por certificados de operações estruturadas	374	4.434	4.165	-	8.973
Total - Dezembro de 2020	1.536.921	4.639.082	3.462.681	793.416	10.432.100

(Valores em R\$ mil)

Obrigações por Empréstimos

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.879.922	4.637.757	907.694	1.049.367	10.474.740
Obrigações por empréstimos – exterior	-	3.628.612	3.100.063	62.853	-	6.791.528
Repasses no país – BNDES	-	99.593	153.042	135.357	205.267	593.259
Repasses no país – FINAME	-	50.848	326.772	573.529	169.541	1.120.690
Repasses no país – outras instituições	-	100.869	198.753	19.894	-	319.516
Obrigações por repasses – exterior (Nota 12.b)	-	-	859.127	116.061	674.559	1.649.747

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2021					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.356.125	6.835.649	1.044.506	613.727	11.850.007
Obrigações por empréstimos – Exterior	-	2.788.881	5.300.543	391.440	-	8.478.864
Repasses no País – BNDES	-	27.874	178.991	290.424	212.445	709.534
Repasses no País - FINAME	-	29.718	91.956	220.323	153.019	495.018
Repasses no País – Outras Instituições	-	91.715	253.550	18.075	-	383.340
Obrigações por repasses - Exterior	-	420.137	1.010.809	124.244	248.263	1.803.253

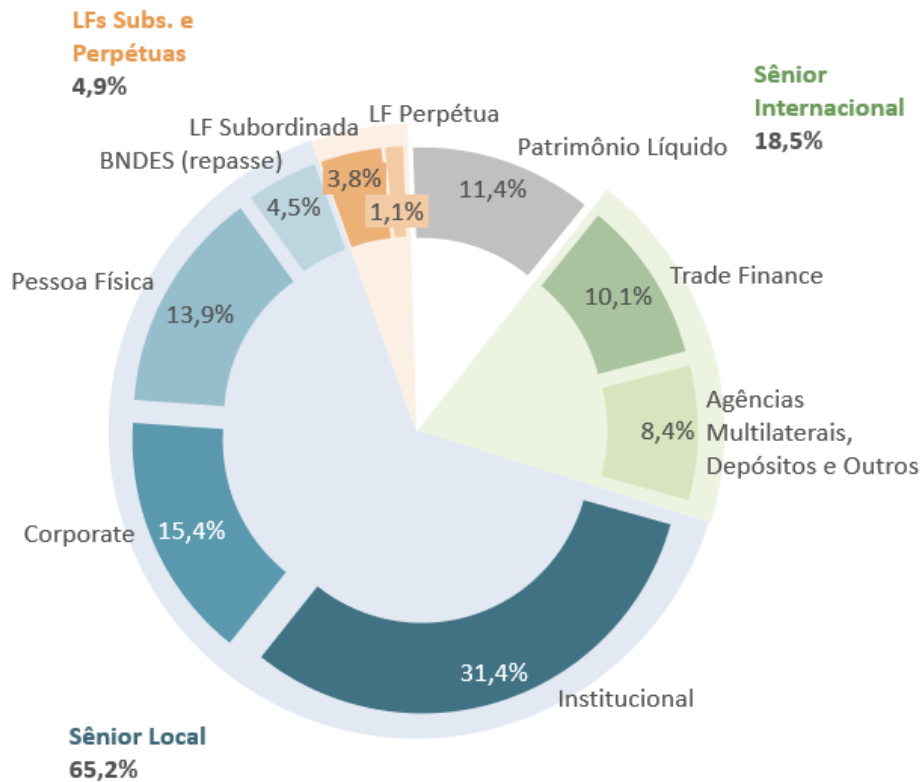
(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2020				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Obrigações por empréstimos No exterior	2.408.137	4.204.000	44	-	6.612.181
Obrigações por repasses - País					
BNDES	29.873	75.765	160.761	158.173	424.572
FINAME	28.825	80.813	159.576	89.101	358.315
Outras instituições	119.446	298.428	16.113	-	433.987
Obrigações por repasses - Exterior	184.245	1.112.666	-	-	1.296.911
Total - Dezembro de 2020	2.770.526	5.771.672	336.494	247.274	9.125.966

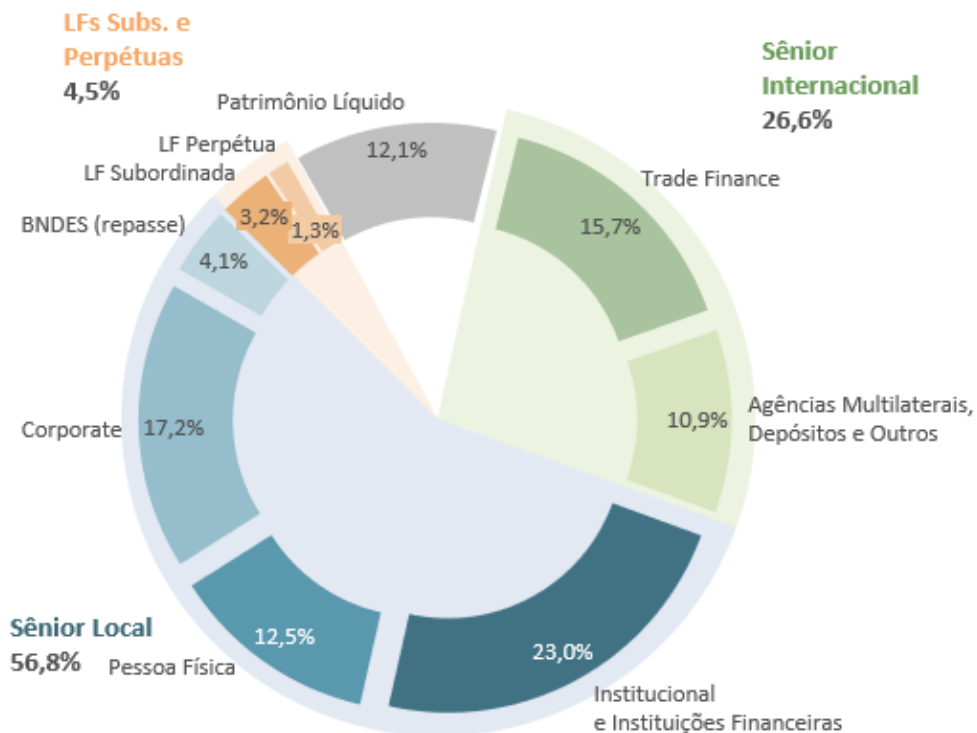
(Valores em R\$ mil)

Representatividade das fontes de financiamento de terceiros

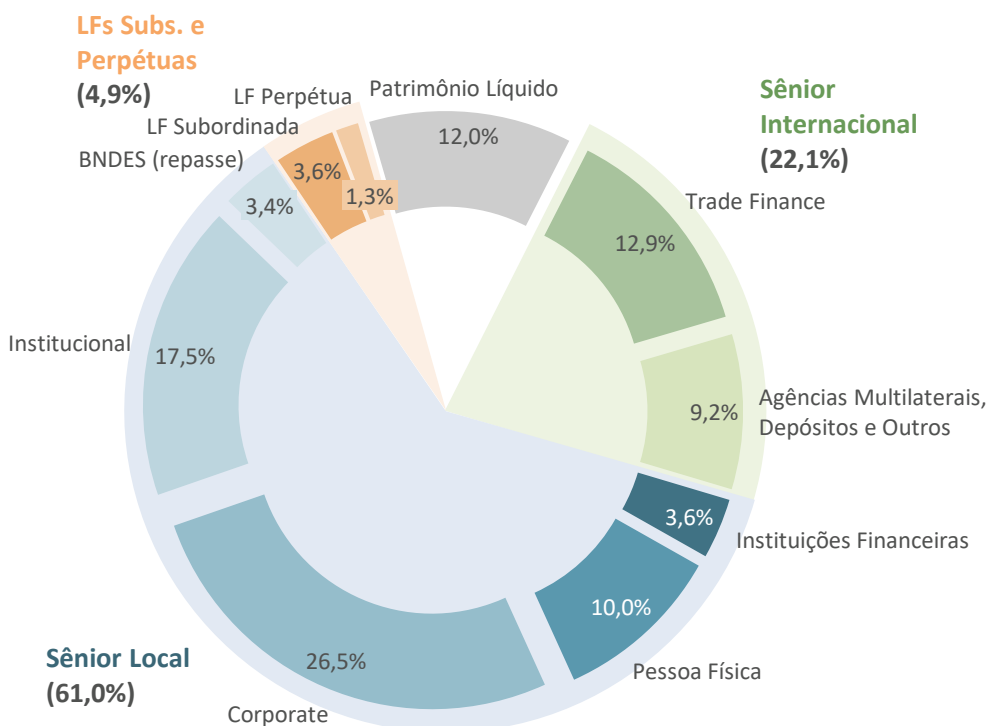
Dezembro 2022



Dezembro 2021



Dezembro 2020



e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes Adicionais de Captação

O Banco possui um Plano de Contingência de Liquidez (PCL) aprovado pelo Conselho de Administração. As ações a serem tomadas em uma eventual situação de crise de liquidez não são restritas à gestão de ativos e passivos, mas também incluem controles, informações e comunicação.

O foco do PCL são problemas de baixa probabilidade e alto impacto.

A intensidade de uma crise deve ser avaliada regularmente, já que problemas inicialmente amenos podem tornar-se muito sérios relativamente rápido. Por isso, o PCL leva em conta tanto o estágio quanto a intensidade da crise. Eventualmente o cenário usado deve ser novamente selecionado para adequar-se às condições de liquidez do mercado.

Utilizamos um cenário de crise sistêmica e um específico da instituição financeira (idiossincrático). Outros cenários alternativos podem ser criados, como, por exemplo, a interrupção dos sistemas de pagamento.

Seguem algumas das principais medidas a serem tomadas em casos de crises de liquidez:

- Vender ativos líquidos;
- Securitizar ativos ilíquidos;
- Solicitar e acessar linhas de crédito disponíveis com terceiros;
- Emitir DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial);
- Contratar fianças e liberar margem BM&F de títulos públicos e outros ativos líquidos;
- Negociar pré-pagamento de ativos;
- Solicitar e acessar a liquidez disponível junto ao controlador;
- Vender carteira de crédito e outros recebíveis para outras instituições financeiras;
- Ajustar a taxa para aumentar depósitos;
- Criar plano de retenção de depósitos;
- Criar plano para lidar com resgates antecipados;
- Reduzir seletivamente o crescimento de ativos.

Essas medidas não precisam ser tomadas necessariamente na ordem em que foram listadas acima, e estarão sujeitas às condições de mercado no momento em que forem tomadas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Como a principal atividade do Banco ABC Brasil é a intermediação financeira, suas dívidas são compostas pelo seu passivo circulante e exigível a longo prazo, conforme sumarizado na tabela abaixo:

PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (R\$ mil)	Dez/22	% do Total	Dez/21	% do Total	Dez/20	% do Total
Depósitos	10.354.303	19,8%	7.955.799	17,7%	10.155.328	26,0%
Captações no Mercado Aberto	1.448.963	2,8%	1.328.942	3,0%	1.354.313	3,5%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	17.351.698	33,2%	12.345.024	27,5%	10.432.100	26,7%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.474.740	20,1%	11.850.007	26,4%	9.125.966	23,4%
Dívidas Subordinadas	2.247.416	4,3%	1.707.832	3,8%	1.755.620	4,5%
Outras Obrigações	10.324.361	19,8%	9.689.570	21,6%	6.194.906	15,9%
TOTAL	52.201.481	100,0%	44.877.174	100,0%	39.018.233	100,0%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com instituições financeiras que julguemos ser relevantes para o Banco ABC Brasil.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

Dívidas subordinadas

2022, 2021 e 2020

Em 8 de abril de 2020, o Banco realizou a liquidação integral de sua dívida subordinada decorrente de captação no exterior, conforme termos contratuais.

O ágio e deságio pagos na captação do referido recurso, bem como as despesas diretas, foram diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R\$1.742.379 mil em dezembro 2022, referente as captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até agosto de 2028.

Em dezembro de 2022 o Banco ABC Brasil possuía saldo de R\$505.037 mil em captações com letras financeiras subordinadas perpétuas.

A composição do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 ficou assim composta:

	Banco e Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Total	Total
Dívida subordinada	2.247.416	1.700.520
Letras financeiras	1.742.379	1.209.851
Letras financeiras perpétuas	505.037	490.669

	Banco e Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Total	Total
Dívida Subordinada	1.700.520	1.722.823
Letras Financeiras	1.209.851	1.242.253
Letras Financeiras Perpétuas	490.669	480.570

Na ocorrência das hipóteses de liquidação extrajudicial ou de decretação de falência do Banco, a lei atribui uma ordem de prioridade de pagamento entre as diversas classes de credores da massa. Exclusivamente no tocante às dívidas integrantes do endividamento do Banco, a seguinte ordem deve ser obedecida: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; e (iii) dívidas subordinadas. Uma vez habilitados os créditos e definida sua classificação, uma classe só terá acesso ao resultado da liquidação do ativo do Banco, desde que existam créditos não pagos nas classes precedentes.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação

de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

As dívidas de longo prazo contraídas pelo Banco ABC Brasil preveem a antecipação do seu vencimento, quando da ocorrência de determinados eventos. Até 31 de dezembro de 2022 não houve descumprimento de obrigações financeiras e não financeiras assumidas pelo Banco sob os instrumentos que formalizam as dívidas por ele contraídas.

Com o objetivo de otimizar a estrutura de capital, durante o período de 2019 o Banco iniciou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, elegíveis a compor o Patrimônio de Referência após aprovação do Banco Central do Brasil. O saldo das emissões ao final de 2022 era de R\$505.037 mil.

O Banco emitiu, em 8 de abril de 2010, notas subordinadas designadas “7.875% Subordinated Notes due 2020” (Notas Subordinadas com vencimento em 2020), no valor de US\$300.000.000,00, e em setembro de 2012, houve uma reabertura desta emissão em que foram emitidas notas adicionais no valor de US\$100.000.000,00. Em 8 de abril de 2020, a dívida subordinada decorrente das captações no exterior, foi integralmente liquidada conforme termos contratuais.

De acordo com os documentos que formalizaram as notas subordinadas, o Banco obrigou-se a não realizar qualquer operação de incorporação, fusão e/ou cisão e a não alienar seus bens e/ou a transferir suas obrigações a terceiros, salvo se houver o prévio consentimento dos titulares das referidas notas e/ou se a entidade que receber tais ativos ou que suceder o Banco se comprometa a cumprir com todas as obrigações, inclusive as de pagamento de principal e juros, decorrentes de todas as aludidas notas.

Adicionalmente, o ABC Brasil instituiu, em janeiro de 2011, um programa para emissão e distribuição de notas designado “Banco ABC Brasil S.A. US\$3.000.000.000,00 Global Medium Term Note Programme”.

De acordo com os documentos do programa citado no parágrafo acima, o Banco e suas controladas obrigaram-se a não conceder garantias sobre seus bens para garantir dívidas contraídas pelo Banco, por suas controladas e/ou por terceiros, exceto se tais garantias forem constituídas e/ou compartilhadas em garantia das notas e em alguns casos específicos, expressamente previstos nos documentos das notas.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco ABC Brasil constantes do instrumento “*IFC Global Trade Finance Program: Guarantee Facility*”, datado de 16 de julho de 2009: (i) não criar ou permitir a criação de quaisquer garantias sobre seus bens e receitas, a exceção de casos específicos previstos no referido instrumento; (ii) não alienar e/ou transferir quaisquer de suas propriedades e/ou bens que exceder 20% do total do seu ativo;

e (iii) não realizar qualquer fusão, cisão ou incorporação. Esta captação foi integralmente liquidada no mês de dezembro de 2020.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco junto ao IDB Invest constantes do instrumento “*TFFP - TRADE FINANCE FACILITATION PROGRAM*”, datado de 01 de setembro de 2020:

- (i) Índice de Basileia não inferior a 11,50%;
- (ii) Índice Nível I não inferior a 8,50%;
- (iii) Gap de Liquidez não inferior a 0;
- (iv) Índice de Cobertura de Liquidez não inferior a 125%;
- (v) Índice de Exposição Cambial não superior a 15%;
- (vi) Índice de Exposição de Grupo Econômico não superior a 25%; e
- (vii) Índice de Exposição de Crédito em Aberto sobre Patrimônio de Referência
 - não superior a 20% (vinte por cento) até 31 de dezembro de 2021 e
 - não superior a 15% (quinze por cento) após 31 de dezembro de 2021.

Por fim, segue a relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco ABC Brasil no instrumento referido no parágrafo acima, e o nível de cada indicador em dezembro de 2022:

- a) Manter a taxa de capital disponível em relação aos ativos ponderados por risco não inferior a onze inteiros e cinquenta centésimo por cento (11,50%) => 15,23%;
- b) Manter a taxa do Índice Nível I em relação aos ativos ponderados não inferior a oito inteiros e cinquenta centésimo por cento (8,50%) => 13,11%;
- c) Manter o Gap de Liquidez, ativos e os compromissos extrapatrimoniais com vencimento em 90 (noventa) dias (incluindo os Ativos Líquidos) em relação aos passivos e os passivos extrapatrimoniais com vencimento dentro de 90 (noventa) dias (incluindo Dívida de Curto Prazo) não inferior a zero (0) => R\$5.424,2 milhões;
- d) Manter a taxa do Índice de Cobertura de Liquidez - LCR não inferior a cento e vinte e cinco por cento (125%) => 349%;
- e) Manter a taxa do índice de exposição cambial em relação ao Patrimônio de Referência não superior a quinze por cento (15%) => 1,72%;
- f) Manter a taxa de exposição a um único grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte e cinco por cento (25%) => 11,21%;
- g) Manter a taxa de exposição a créditos problemáticos menos provisionamento para devedores de liquidação duvidosa sobre o Patrimônio de Referência não superior a vinte

por cento (20%) até 31 de dezembro de 2021 e não superior a quinze por cento (15%) após 31 de dezembro de 2021 => 5,47%;

- h) Caso a regulação bancária do país onde o Banco é incorporado estabeleça requerimentos financeiros ou taxas mais restritivas do que as listadas acima, o Banco deverá observar e estar em conformidade com esses requerimentos mais restritivos.

Em 31 de dezembro de 2022 os níveis de todos os indicadores constantes na relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco estavam dentro dos limites acordados.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, em dezembro de 2022 o banco possuía os seguintes limites e indicadores: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade (o Banco possuía Patrimônio de Referência de R\$6.439,4 milhões); (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente (o imobilizado do Banco representava 2,79% do valor do Patrimônio de Referência); (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente (o maior cliente do Banco possuía exposição de 12,79% do Patrimônio de Referência); e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento (o banco possuía Índice de Basileia de 15,23% e Patrimônio Líquido de R\$5.207,4 milhões).

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: (i) a concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas ligadas, administradores e parentes; e (ii) a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5% e Capital Principal de no mínimo 8,0% (o Índice de Basileia do Banco ao final de dezembro de 2022 era de 15,23%). Além disso, há restrições a concentração de risco, de forma que ao final de 2022 o valor limite para utilização dos financiamentos obtidos em operação de crédito a qualquer pessoa ou conjunto de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum era de R\$1.609,84 milhões (25% do Patrimônio de Referência de R\$6.439,4 milhões).

Ao final de 2022, as dívidas com captações conforme descrito no item 2.1.d somavam o total de R\$41.887 milhões (R\$35.188 milhões ao final de 2021 e R\$32.823 milhões ao final de

2020), e financiavam uma carteira contábil de empréstimos de R\$25.433 milhões (R\$23.041 milhões ao final de 2021 e R\$20.800 milhões ao final de 2020) e uma carteira de títulos privados de R\$6.025 milhões (R\$3.393 ao final de 2021 e R\$3.277 milhões ao final de 2020). Em termos percentuais, 75,1% das dívidas descritas no item 2.1.d eram usadas para financiar as carteiras de empréstimos e títulos privados, supracitadas, ao final de 2022 (75,1% ao final de 2021 e 73,4% ao final de 2020).

Restrições à Concentração de Risco

A legislação brasileira proíbe as instituições financeiras de concentrarem riscos em apenas uma pessoa ou grupo de pessoas relacionadas. A legislação também proíbe que uma instituição financeira conceda crédito a qualquer pessoa ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse comum, em valor total, igual ou superior, a 25,0% do Patrimônio de Referência da instituição financeira. Essa limitação se aplica a quaisquer operações que impliquem concessão de crédito, incluindo as que envolvam:

- empréstimos e adiantamentos;
- garantias; e
- subscrição, compra e renegociação de valores mobiliários.

Restrições a Investimentos

As instituições financeiras não podem:

- Deter, em bases consolidadas, ativos permanentes que excedam 50,0% de seu Patrimônio de Referência;
- Deter imóveis, exceto imóveis para seus próprios escritórios e filiais; ou
- Adquirir participações em instituições financeiras sem a prévia aprovação do Banco Central.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

ATIVO (R\$ mil)	Dez/22	% do Total	Dez/21	% do Total	Dez/20	% do Total	Dez/22 x Dez/21	Dez/21 x Dez/20
Disponibilidades	329.879	0,6%	731.092	1,5%	513.293	1,2%	-54,9%	42,4%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.149.351	10,7%	3.057.021	6,2%	7.472.641	17,2%	101,2%	-59,1%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.959.053	27,8%	14.529.425	29,3%	9.778.478	22,6%	9,8%	48,6%
Relações Interfinanceiras	293.766	0,5%	90.240	0,2%	157.780	0,4%	0,0%	0,0%
Operações de Crédito	24.739.609	43,1%	22.321.034	45,0%	20.214.226	46,7%	10,8%	10,4%
Outros Créditos	9.581.016	16,7%	8.536.722	17,2%	4.891.012	11,3%	12,2%	74,5%
Outros Valores e Bens	176.253	0,3%	179.104	0,4%	204.922	0,5%	-1,6%	-12,6%
Permanente	179.917	0,3%	121.332	0,2%	96.489	0,2%	48,3%	25,7%
TOTAL DO ATIVO	57.408.844	100,0%	49.565.970	100,0%	43.328.841	100,0%	15,8%	14,4%

PASSIVO (R\$ mil)	Dez/22	% do Total	Dez/21	% do Total	Dez/20	% do Total	Dez/22 x Dez/21	Dez/21 x Dez/20
Depósitos	10.354.303	18,0%	7.955.799	16,1%	10.155.328	23,4%	30,1%	-21,7%
Captações no Mercado Aberto	1.448.963	2,5%	1.328.942	2,7%	1.354.313	3,1%	9,0%	-1,9%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.351.698	30,2%	12.345.024	24,9%	10.432.100	24,1%	40,6%	18,3%
Relações Interdependências	100.200	0,2%	77.966	0,2%	93.519	0,2%	28,5%	-16,6%
Obrigações por Empréstimos	8.441.275	14,7%	10.282.117	20,7%	7.909.092	18,3%	-17,9%	30,0%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.033.465	3,5%	1.567.890	3,2%	1.216.874	2,8%	29,7%	28,8%
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.958.193	3,4%	2.358.834	4,8%	1.973.096	4,6%	-17,0%	19,5%
Outras Obrigações	10.513.384	18,3%	8.960.602	18,1%	5.883.911	13,6%	17,3%	52,3%
Resultado de Exercícios Futuros	0	0,0%	18.138	0,0%	22.345	0,1%	-100,0%	-18,8%
Patrimônio Líquido	5.207.403	9,1%	4.670.658	9,4%	4.288.263	9,9%	11,5%	8,9%
TOTAL DO PASSIVO	57.408.844	100,0%	49.565.970	100,0%	43.328.841	100,0%	15,8%	14,4%

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 2022, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$6.149,4 milhões, aumento de 101,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto.

Em 2021, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$3.057,0 milhões, redução de 59,1% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, entre outros, da redução de Operações Compromissadas.

Em 2020, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$7.472,6 milhões, aumento de 40,3% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 2022, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$15,959,0 milhões, apresentando um aumento de 9,8% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria apesar da diminuição do saldo de derivativos.

Em 2021, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$14.529,4 milhões, apresentando um aumento de 48,6% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos Títulos mantidos para negociação.

Em 2020, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$9.778,5 milhões, apresentando um aumento de 9,0% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu por conta do aumento da carteira de derivativos, principalmente com contratos de opção.

Operações de crédito

Em 2022, o saldo de operações de crédito totalizou R\$24.739,6 milhões, crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$22.321,0 milhões.

Em 2021, o saldo de operações de crédito totalizou R\$22.321,0 milhões, crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$20.214,2 milhões.

Em 2020, o saldo de operações de crédito totalizou R\$20.214,2 milhões, crescimento de 52,2% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$13.280,5 milhões.

No ano de 2022, o Banco ABC Brasil continuou sua estratégia de atuação nos segmentos *Middle* (empresas com faturamento anual entre R\$30 milhões e R\$300 milhões), *Corporate* (empresas com faturamento anual entre R\$300 milhões e R\$4 bilhões) e *C&IB – Corporate & Investment Banking* (empresas com faturamento anual acima de R\$4 bilhões).

Outros créditos

Em 2022, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$9.581,0 milhões, crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Em 2021, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$8.536,7 milhões, crescimento de 74,5% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Em 2020, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$4.891,0 milhões, redução de 38,8% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pela redução da carteira de câmbio.

Depósitos

Em 2022, o saldo dos depósitos somou R\$10.354,3 milhões, apresentando aumento de 30,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente à aumento dos Depósitos a Prazo.

Em 2021, o saldo dos depósitos somou R\$7.955,8 milhões, apresentando queda de 21,7% em relação ao ano anterior, devido à diminuição dos Depósitos a Prazo e do saldo de depósitos interfinanceiros.

Em 2020, o saldo dos depósitos somou R\$10.155,3 milhões, apresentando um aumento de 78,4% em relação ao ano anterior, devido a um aumento dos Depósitos a Prazo.

Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 2022 o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$17.351,7 milhões, apresentando aumento de 40,6% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito ao Agronegócio.

Em 2021 o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$12.345,0 milhões, apresentando aumento de 18,3% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento do saldo de Letras de Crédito Imobiliárias, Letras de Crédito Agrícolas e de Letras Financeiras.

Em 2020 o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$10.432,1 milhões, apresentando aumento de 9,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento do saldo de Letras Financeiras.

Obrigações por empréstimos

Em 2022 o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$8.441,3 milhões, apresentando uma queda de 17,9% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pela redução da linha de obrigações por empréstimos e repasses no exterior.

Em 2021 o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$10.282,1 milhões, apresentando um aumento de 30,0% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pelo aumento da linha de obrigações por empréstimos e de repasses no exterior.

Em 2020 o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$7.909,1 milhões, apresentando um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pelo aumento da linha de obrigações por empréstimos no exterior.

Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Em 2022 o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.033,4 milhões, apresentando aumento de 29,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do FINAME.

Em 2021 o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$1.567,9 milhões, apresentando aumento de 28,8% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do BNDES e FINAME.

Em 2020 o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$1.216,9 milhões, apresentando aumento de 4,2% em relação ao ano anterior e mantendo-se praticamente estável ao longo do ano.

Outras obrigações

Em 2022, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$10.513,4 milhões, apresentando crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento no saldo da Carteira de Câmbio e de instrumentos de captação subordinados.

Em 2021, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$8.960,6 milhões, apresentando crescimento de 52,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento no saldo da Carteira de Câmbio.

Em 2020, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$5.883,9 milhões, queda de 11,5% em relação ao ano anterior, principalmente devido à redução no saldo de instrumentos de captação subordinados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

2022 e 2021

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2022	% do total¹	2021	% do total¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas da Intermediação Financeira	4.181,1	100,0%	4.142,4	100,0%	0,9%
Despesas da Intermediação Financeira	(2.607,7)	-62,4%	(3.110,9)	-75,1%	-16,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.573,4	37,6%	1.031,5	24,9%	52,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(405,1)	-9,7%	(234,8)	-5,7%	72,5%
Resultado Operacional	1.168,3	27,9%	796,7	19,2%	46,6%
Resultado não Operacional	0,7	0,0%	(23,5)	-0,6%	-102,9%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	1.169,0	28,0%	773,2	18,7%	51,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(115,5)	-2,8%	(38,3)	-0,9%	201,6%
Participação nos Lucros	(250,8)	-6,0%	(162,1)	-3,9%	54,7%
Participação de Acionistas Não Controladores	(2,5)	-0,1%	(0,7)	0,0%	0,0%
Lucro Líquido	800,2	19,1%	572,2	13,8%	39,9%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

O lucro líquido aumentou 39,9%, para R\$800,2 milhões em 2022, comparado com os R\$572,2 milhões em 2021, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

(R\$ milhões, exceto percentuais)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2022	% do total ¹	2021	% do total ¹	Varição
Operações de Crédito	2.452,2	58,7%	2.245,4	54,2%	9,2%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.629,4	39,0%	1.311,5	31,7%	24,2%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	132,6	3,2%	58,4	1,4%	126,9%
Resultado de Operações de Câmbio	(33,2)	-0,8%	527,1	12,7%	-106,3%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Receitas de Intermediação Financeira	4.181,1	100,0%	4.142,4	100,0%	0,9%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram 0,9%, atingindo R\$4.181,1 milhões em 2022, comparado com R\$4.142,4 milhões em 2021, devido principalmente à queda na linha de Operações de Câmbio, que praticamente neutralizou o crescimento das demais linhas de Intermediação Financeira.

Em 2022, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$2.452,2 milhões, um aumento de 9,2% comparado com o resultado de 2021, que foi de R\$2.245,4 milhões. Esse resultado é explicado principalmente pelo grande volume de novas originações de crédito realizadas a spreads maiores, e pelo vencimento de operações antigas feitas a spreads menores.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 24,2%, atingindo R\$1.629,4 milhões em 2022, comparado com os R\$1.311,5 milhões registrados em 2021. Esse resultado é explicado pelo mesmo motivo do aumento na receita de Operações de Crédito, assim como pela marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação.

O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos atingiu R\$132,6 milhões em 2022, comparado com os R\$58,4 milhões registrados em 2021. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de *hedge* cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento feito em dólar pelo Banco ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do *hedge* feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado negativo de R\$33,2 milhões em 2022, comparado com resultado positivo de R\$527,1 milhões em 2020. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo de 2022.

Despesas da Intermediação Financeira

(R\$ milhões, exceto percentuais)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2022	% do total ¹	2021	% do total ¹	Varição
Operações de Captação no Mercado	(2.979,8)	114,3%	(1.147,2)	36,9%	159,7%
Operações de Empréstimos e Repasses	602,2	-23,1%	(1.804,8)	58,0%	-133,4%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(230,4)	8,8%	(167,1)	5,4%	37,9%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	0,4	0,0%	8,2	-0,3%	-95,2%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(2.607,7)	100,0%	(3.110,9)	100,0%	-16,2%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira reduziram em 16,2%, atingindo R\$2.607,7 milhões em 2022, comparado com os R\$3.110,9 milhões registrados em 2021. Essa redução foi causada majoritariamente devido ao resultado positivo da linha Operações de Empréstimos e Repasses.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 159,7%, atingindo R\$2.979,8 milhões em 2022, comparado com R\$1.147,2 milhões registrados em 2021, devido principalmente ao (i) aumento na taxa básica de juros (Selic) e (ii) ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses diminuíram 133,4%, passando a ter um impacto de positivo sobre as despesas, atingindo o valor positivo (que reduz as despesas) de R\$602,2 milhões em 2022 ante o valor negativo (que faz aumentar as despesas) R\$1.804,8 milhões registrados em 2021. A diminuição dessas despesas se refere a menores custos com juros relacionados às captações internacionais.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 37,9%, atingindo R\$230,4 milhões em 2022 comparado com R\$167,1 milhões em 2021. Essa variação é decorrente do aumento do provisionamento devido principalmente a um evento isolado de um cliente no segmento C&IB, que gerou um incremento na constituição de provisões.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio foi positiva em R\$0,4 milhões no ano de 2022, diminuição de 95,2% em relação a 2021, quando a despesa foi positiva em R\$8,2 milhões. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira cresceu 52,5%, atingindo R\$1.573,4 milhões em 2022, comparado com R\$1.031,5 milhões em 2021.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2022	% do total ¹	2021	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas de Prestação de Serviços	401,9	-99,2%	345,4	-147,1%	16,3%
Despesas de Pessoal	(404,7)	99,9%	(285,2)	121,4%	41,9%
Outras Despesas Administrativas	(263,1)	65,0%	(181,5)	77,3%	45,0%
Despesas Tributárias	(112,3)	27,7%	(69,4)	29,5%	61,9%
Outras Receitas Operacionais	7,8	-1,9%	3,9	-1,7%	102,3%
Outras Despesas Operacionais	(34,7)	8,6%	(48,1)	20,5%	-27,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(405,1)	100,0%	(234,8)	100,0%	72,5%

¹Calculado sobre outras receitas (despesas) operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram -R\$405,1 milhões em 2022, aumento de 72,5% em relação aos -R\$234,8 milhões registrados em 2021, principalmente devido ao aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços aumentaram 16,3%, atingindo R\$401,9 milhões em 2022, comparado com R\$345,4 milhões em 2021. Esse crescimento é consequência principalmente

do aumento da receita de Banco de Investimento, segmento que obteve receitas recordes no ano de 2022, e também da Corretagem de Seguros.

As Despesas de Pessoal aumentaram 41,9%, atingindo R\$404,7 milhões em 2022, comparado com R\$285,2 milhões em 2021, devido principalmente a dois fatores, (i) um aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle*, das novas iniciativas de negócios, e da expansão do ciclo de investimentos do Banco; e (ii) correção da remuneração dos colaboradores do Banco pela inflação.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 45,0%, atingindo R\$263,1 milhões em 2022, comparado com os R\$181,5 milhões registrados em 2021. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias aumentaram em 61,9%, atingindo R\$112,3 milhões em 2022, comparado com R\$69,4 milhões em 2021, devido ao aumento do volume de negócios de crédito e serviços prestados pelo Banco.

Outras Receitas Operacionais aumentaram 102,3%, atingindo R\$7,8 milhões em 2022, comparado com os R\$3,9 milhões registrados em 2021.

Outras Despesas Operacionais caíram 27,9%, atingindo R\$34,7 milhões em 2022, comparado com os R\$48,1 milhões registrados em 2021.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou resultado positivo de R\$1.168,3 milhões em 2022, comparado com resultado positivo de R\$796,7 milhões em 2021.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional reduziu 102,9%, atingindo R\$0,7 milhões positivos em 2022, comparado com a despesa de R\$23,5 milhões registrada em 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social foi um valor negativo de R\$115,5 milhões em 2022, ante um valor de R\$38,3 milhões negativos registrados em 2021, representando um aumento de 201,6%. Essa aumento é consequência, principalmente, de uma base de cálculo de imposto e contribuição superior a 2021 devido ao bom resultado operacional do Banco, já detalhado nos itens anteriores.

Participações no Lucro

A despesa com Participação nos Lucros aumentou 54,7%, atingindo R\$250,8 milhões em 2022 ante R\$162,1 milhões em 2021, resultado principalmente da expansão da rentabilidade do Banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do Banco ABC Brasil aumentou 13,8%, para R\$800,2 milhões em 2022, comparado com os R\$572,2 milhões registrados em 2021.

2021 e 2020

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	2021	% do total ¹	2020	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas da Intermediação Financeira	4.142,4	100,0%	5.922,8	100,0%	-30,1%
Despesas da Intermediação Financeira	(3.110,9)	-75,1%	(5.787,2)	-97,7%	-46,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.031,5	24,9%	135,6	2,3%	660,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(234,8)	-5,7%	(225,3)	-3,8%	4,2%
Resultado Operacional	796,7	19,2%	-89,7	-1,5%	-988,2%
Resultado não Operacional	(23,5)	-0,6%	(10,9)	-0,2%	115,6%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	773,2	18,7%	-100,6	-1,7%	-868,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-38,3	-0,9%	550,6	9,3%	-107,0%
Participação nos Lucros	(162,1)	-3,9%	(127,9)	-2,2%	26,7%
Participação de Acionistas Não Controladores	(0,7)	0,0%	-	0,0%	0,0%
Lucro Líquido	572,2	13,8%	322,1	5,4%	77,6%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

O lucro líquido aumentou 77,6%, para R\$572,2 milhões em 2021, comparado com os R\$322,1 milhões em 2020, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	2021	% do total ¹	2020	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Operações de Crédito	2.245,4	54,2%	3.061,2	51,7%	-26,6%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.311,5	31,7%	2.113,7	35,7%	-38,0%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	58,4	1,4%	265,5	4,5%	-78,0%
Resultado de Operações de Câmbio	527,1	12,7%	482,4	8,1%	9,3%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Receitas de Intermediação Financeira	4.142,4	100,0%	5.922,8	100,0%	-30,1%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

As receitas da intermediação financeira diminuíram 30,1%, atingindo R\$4.142,4 milhões em 2021, comparado com R\$5.922,8 milhões em 2020, devido principalmente à queda na receita das Operações com Títulos e Valores Mobiliários e à redução na receita com Operações de Crédito.

Em 2021, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$2.245,4 milhões, uma redução de 26,6% comparado com o resultado de 2020, que foi de R\$3.061,2 milhões. A redução dessa receita representa a volta a níveis pré-pandemia, dado que a variação cambial em 2020 impactou positivamente essa linha. A redução observada em 2021 é parcialmente compensada pela redução em certas linhas de despesa financeira, que ocorre pelo mesmo motivo.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários diminuíram 38,0%, atingindo R\$1.311,5 milhões em 2021, comparado com os R\$2.113,7 milhões registrados em 2020. Essa

redução é explicada pelo mesmo motivo da redução na receita de Operações de Crédito, assim como pela marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos atingiu R\$58,4 milhões em 2021, comparado com os R\$265,5 milhões registrados em 2020. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de *hedge* e *overhedge* cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento feito em dólar pelo Banco ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do *hedge* feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado positivo de R\$527,1 milhões em 2021, comparado com resultado de R\$482,4 milhões em 2020. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo de 2021.

Despesas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	2021	% do total ¹	2020	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Operações de Captação no Mercado	(1.147,2)	36,9%	(841,5)	14,5%	36,3%
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.804,8)	58,0%	(4.690,9)	81,1%	-61,5%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(167,1)	5,4%	(247,7)	4,3%	-32,5%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	8,2	-0,3%	(7,1)	0,1%	-216,1%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(3.110,9)	100,0%	(5.787,2)	100,0%	-46,2%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira reduziram em 46,2%, atingindo R\$3.110,9 milhões em 2021, comparado com os R\$5.787,2 milhões registrados em 2020. Essa redução foi causada majoritariamente devido a menores custos em relação a empréstimos e repasses.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 36,3%, atingindo R\$1,147,2 milhões em 2021, comparado com R\$841,5 milhões registrados em 2020, devido principalmente ao (i) aumento na taxa básica de juros (Selic) e (ii) ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses diminuíram 61,5%, atingindo R\$1.804,8 milhões em 2021 ante R\$4.690,9 milhões registrados em 2020. A diminuição dessas despesas se deve à menor volatilidade cambial observada em 2021, quando comparada a 2020, ano que apresentou alta volatilidade devido à pandemia de COVID-19.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa diminuiu 32,5%, atingindo R\$167,1 milhões em 2021 comparado com R\$247,7 milhões em 2020. Essa variação é

decorrente da diminuição do provisionamento devido principalmente à uma melhora na qualidade do crédito, observada pelos níveis de atraso confortáveis ao longo do ano de 2021.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio foi positiva em R\$8,2 milhões no ano de 2020, diminuição de 216,1% em relação a 2020, quando a despesa foi negativa em R\$7,1 milhão. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira cresceu 660,7%, atingindo R\$1.031,5 milhões em 2021, comparado com R\$135,6 milhões em 2020.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	2021	% do total ¹	2020	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas de Prestação de Serviços	345,4	-147,1%	284,0	-126,1%	21,6%
Despesas de Pessoal	(285,2)	121,4%	(245,3)	108,9%	16,3%
Outras Despesas Administrativas	(181,5)	77,3%	(160,7)	71,3%	12,9%
Despesas Tributárias	(69,4)	29,5%	(59,0)	26,2%	17,5%
Outras Receitas Operacionais	3,9	-1,7%	9,6	-4,3%	-59,7%
Outras Despesas Operacionais	(48,1)	20,5%	(53,9)	23,9%	-10,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(234,8)	100,0%	(225,3)	100,0%	4,2%

¹Calculado sobre outras receitas (despesas) operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram -R\$234,8 milhões em 2021, aumento de 4,2% em relação aos -R\$225,3 milhões registrados em 2020, principalmente devido ao aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços aumentaram 21,6%, atingindo R\$345,4 milhões em 2021, comparado com R\$284,0 milhões em 2020. Esse crescimento é consequência principalmente do aumento da receita de Banco de Investimento, segmento que obteve receitas recordes no ano de 2021.

As Despesas de Pessoal aumentaram 16,3%, atingindo R\$285,2 milhões em 2021, comparado com R\$245,3 milhões em 2020, devido principalmente a dois fatores, (i) um aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle* e das novas iniciativas de negócios do Banco; e (ii) correção da remuneração dos colaboradores do Banco pela inflação.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 12,9%, atingindo R\$181,5 milhões em 2021, comparado com os R\$160,7 milhões registrados em 2020. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias aumentaram em 17,5%, atingindo R\$69,4 milhões em 2021, comparado com R\$59,0 milhões em 2020, devido ao aumento do volume de negócios de crédito e serviços prestados pelo Banco

Outras Receitas Operacionais caíram 59,7%, atingindo R\$3,9 milhões em 2021, comparado com os R\$9,6 milhões registrados em 2020.

Outras Despesas Operacionais caíram 10,7%, atingindo R\$48,1 milhões em 2021, comparado com os R\$53,9 milhões registrados em 2020.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou resultado positivo de R\$796,7 milhões em 2021, comparado com resultado negativo de R\$89,7 milhões em 2020.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional subiu 115,6%, atingindo R\$23,5 milhões negativos em 2021, comparado com a despesa de R\$10,9 milhões registrada em 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social foi um valor negativo de R\$38,3 milhões em 2021, ante uma receita de R\$550,6 milhões registrados em 2020, representando uma queda de 107,0%. Essa redução é consequência de uma queda no saldo de crédito tributário disponível no período, resultado do impacto fiscal das operações proprietárias de *hedge* e *overhedge*, realizadas a fim de mitigar o impacto da variação cambial do investimento em dólar realizado pelo Banco em sua agência nas Ilhas Cayman.

Participações no Lucro

A despesa com Participação nos Lucros aumentou 26,7%, atingindo R\$162,1 milhões em 2021 ante R\$127,9 milhões em 2020, resultado principalmente da normalização da remuneração variável dos colaboradores do Banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do Banco ABC Brasil aumentou 77,6%, para R\$572,2 milhões em 2021, comparado com os R\$322,1 milhões registrados em 2020.

2.2. Resultado das operações do Banco, em especial

a) Resultado das Operações do Banco

i) Descrição de Quaisquer Componentes Importantes da Receita

Resultado Operacional

Resultado Operacional Gerencial (R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.019,0	1.464,5	1.138,6	37,9%	28,6%
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(235,4)	(173,1)	(307,4)	36,0%	-43,7%
Margem Financeira Gerencial após PDD	1.783,6	1.291,4	831,2	38,1%	55,4%
Receita de Serviços	388,3	330,0	261,3	17,7%	26,3%
Despesas Pessoal / Outras Administrativas	(600,2)	(423,2)	(352,4)	41,8%	20,1%
Despesas Tributárias & Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(119,2)	(101,6)	(102,0)	17,3%	-0,4%
Resultado Operacional	1.452,5	1.096,6	638,1	32,5%	71,8%

Destacamos na tabela acima o Resultado Operacional Gerencial do Banco em 2022, que apresentou um crescimento de 32,5% em relação ao ano de 2021. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 37,9% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pela Margem com Clientes e Patrimônio Líquido remunerado a CDI – este último diretamente afetado pelo aumento da taxa de juros.

No comparativo entre os anos de 2021 e 2020, o Resultado Operacional apresentou um crescimento de 71,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 28,6% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pela Margem com Clientes – e pela menor Despesa de Provisão para Devedores Duvidosos no período – dada a melhor fase do ciclo de crédito.

Margem Financeira Gerencial antes da PDD

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.019,0	1.464,5	1.138,6	37,9%	28,6%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	474,8	161,7	90,9	193,7%	77,9%
Margem Financeira com Clientes	1.250,5	986,4	799,7	26,8%	23,4%
Margem Financeira com Mercado	293,6	316,4	248,1	-7,2%	27,5%

A Margem Financeira Gerencial antes da PDD apresentou crescimento de 37,9% no comparativo entre os anos de 2022 e 2021, comparado a um crescimento de 28,6% entre os anos de 2021 e 2020. As variações são oriundas da composição da tabela acima, onde: (i) a remuneração do patrimônio líquido a CDI reflete o comportamento deste indexador entre os períodos (a taxa do CDI médio em 2022, 2021 e 2020 foi de, respectivamente, 12,45%, 4,46% e 2,77%, de acordo com dados da B3. O patrimônio líquido médio foi de, respectivamente, R\$4.932 milhões, R\$4.471 milhões e R\$4.132 milhões, nos mesmos períodos). Como o CDI médio apresentou uma alta expressiva no último exercício social, a remuneração dessa linha entre 2022 e 2021 cresceu 193,7%. Comparando o resultado da mesma linha entre 2021 e 2020, observamos um aumento de 77,9%, reflexo do aumento do CDI médio no período; (ii) a Margem Financeira com Clientes cresceu 26,8% no comparativo de 2022 com 2021, resultado da evolução de novas iniciativas e do crescimento do segmento Middle, que possui spreads mais elevados do que os outros segmentos de clientes. Na comparação de 2021 em relação a 2020, a Margem Financeira com Clientes cresceu 23,4%, refletindo principalmente o aumento no mix de produtos, assim como o aumento da representatividade do segmento Middle na

mesma; e (iii) a Margem Financeira com o Mercado, que reflete o resultado das operações de tesouraria do Banco, retraiu em 7,2% entre 2022 e 2021 e cresceu 27,5% entre os anos de 2021 e 2020. A exposição média a risco de mercado medido pelo VaR da carteira trading foi de R\$2,9 milhões, R\$2,8 milhões e R\$1,8 milhões, respectivamente, em 2022, 2021 e 2020 (valor em risco estimado através do método de simulação histórica com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%). A redução na Margem com Mercado pode ser explicado, entre outros fatores, por um menor volume de transações de juros e câmbio.

Receita de Serviços

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Receita de Serviços	388,3	330,0	261,3	17,7%	26,3%
Garantias Prestadas	167,5	177,4	176,7	-5,6%	0,4%
Banco de Investimentos	145,1	107,4	53,3	35,2%	101,3%
Tarifas e Corretagem de Seguros	75,7	45,3	31,2	67,2%	45,0%

A Receita de Serviços apresentou um crescimento de 17,7% no comparativo dos anos de 2022 e 2021, e aumento de 26,3% nos comparativos dos anos de 2021 e 2020. Comparando o ano de 2022 com o ano de 2021, a principal contribuição para o aumento no faturamento vem do Banco de Investimentos, que teve novamente receita recorde no ano e cresceu 35,2% em relação a 2021 (contra o aumento de 101,3% entre 2021 e 2020, impacto da recuperação das atividades pós-pandemia de COVID-19). A receita de Garantias Prestadas sofreu redução de 5,6% em 2022 e 2021, mantendo-se praticamente estável entre 2021 e 2020, devido à diminuição dos spreads praticados apesar do aumento da carteira no período. Por último, a receita com Tarifas e Corretagem de Seguros apresentou um crescimento de 67,2% entre 2022 e 2021, principalmente devido a maturação das operações da Corretora de Seguros, e crescimento de 45,0% entre 2020 e 2019.

ii) Fatores que Afetaram Materialmente os Resultados Operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da empresa nos últimos três exercícios sociais, além daqueles descritos no item 2.1.h e 2.2.a.i.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Dentre as receitas sujeitas a variações atribuíveis a variação de preços e volumes, destacamos:

A Margem Financeira com Clientes apresentou crescimento de 26,8% no comparativo dos anos de 2022 e 2021, e crescimento de 23,4% no comparativo dos anos 2020 e 2019, enquanto a variação do volume médio de empréstimos foi de 13,0% entre 2022 e 2021 e de 16,1% entre 2021 e 2020. O crescimento da Margem Financeira com Clientes é resultado, principalmente,

do incremento na oferta de transações estruturadas aos clientes, em especial de derivativos e câmbio, aliado ao ganho de representatividade do segmento Middle na carteira.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de descasamentos de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado de ativos financeiros, totalizou R\$293,6 milhões em 2022, R\$316,4 milhões em 2021 e R\$248,1 milhões em 2020. A redução de 7,2% no comparativo entre os anos de 2022 e 2021 se deve, a um menor volume de transações de juros e câmbio. No comparativo entre os anos de 2021 e 2020, pode-se observar um aumento de 27,5% devido, principalmente, ao aumento do balanço do Banco e por operações oportunísticas de juros e câmbio.

A receita com Garantias Prestadas regrediu 5,6% entre 2022 e 2021 e apresentou estabilidade entre 2021 e 2020, resultado de menores spreads praticados nesse tipo de produto.

A receita do Banco de Investimentos advém da atividade de estruturação e distribuição de ofertas públicas iniciais (*IPOs*), ofertas públicas subsequentes (*Follow-Ons*) e de dívidas públicas e privadas; da assessoria para coordenação, execução e negociação de fusões e aquisições de empresas (*M&A*), assim como da assessoria em projetos de infraestrutura (*Project Finance*). No exercício social de 2022, a área de Banco de Investimentos apresentou receita recorde, totalizando R\$145,1 milhões, comparado com R\$107,4 milhões em 2021 e R\$53,3 milhões em 2020. O crescimento de 35,2% entre 2022 e 2021 foi causado novamente pelo aumento no volume de estruturação e distribuição de dívidas emitidas com clientes do Banco. O crescimento de 101,3% entre 2021 e 2020 se deve ao aumento no volume de estruturação e distribuição de dívidas emitidas com clientes do Banco.

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.019,0	1.464,5	1.138,6	37,9%	28,6%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	474,8	161,7	90,9	193,7%	77,9%
Margem Financeira com Clientes	1.250,5	986,4	799,7	26,8%	23,4%
Margem Financeira com Mercado	293,6	316,4	248,1	-7,2%	27,5%

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Receita de Serviços	388,3	330,0	261,3	17,7%	26,3%
Garantias Prestadas	167,5	177,4	176,7	-5,6%	0,4%
Banco de Investimentos	145,1	107,4	53,3	35,2%	101,3%
Tarifas e Corretagem de Seguros	75,7	45,3	31,2	67,2%	45,0%

(R\$ milhões)	2022	2021	2020	Var 2022/21	Var 2021/20
Empréstimos	25.769,9	23.253,2	20.940,3	10,8%	11,0%
C&IB	4.470,0	4.209,4	4.001,4	6,2%	5,2%
Corporate	17.209,3	16.128,8	14.849,4	6,7%	8,6%
Middle	4.090,6	2.915,0	2.089,5	40,3%	39,5%
Garantias Prestadas	11.460,1	11.068,8	10.160,9	3,5%	8,9%
C&IB	8.323,5	8.712,1	8.123,6	-4,5%	7,2%
Corporate	3.076,3	2.304,9	2.003,9	33,5%	15,0%
Middle	60,2	51,8	33,5	16,4%	54,6%
Carteira de Crédito (inclui Garantias Prestadas)	37.230,0	34.322,0	31.101,2	8,5%	10,4%
C&IB	12.793,5	12.921,5	12.124,9	-1,0%	6,6%
Corporate	20.285,7	18.433,7	16.853,3	10,0%	9,4%
Middle	4.150,8	2.966,8	2.123,0	39,9%	39,7%

Apesar das variações na Margem Financeira e na Receita de Serviços nos anos de 2022, 2021 e 2020, pelos motivos explicados nos parágrafos anteriores, não ocorreram variações significativas nas receitas atribuíveis à introdução de novos produtos e serviços, de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, e alterações de volumes, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como no resultado financeiro do Banco, conforme descrito no item 2.2.a.ii.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco

Durante os períodos de alta nas taxas de juros, há um aumento na receita financeira, pois a remuneração dos ativos geradores de juros tende a aumentar. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de aumento da despesa financeira, pois a remuneração das obrigações sensíveis às taxas de juros também aumenta. Mudanças no volume de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros afetam as receitas e despesas financeiras do Banco. Por exemplo, um aumento na receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume dos empréstimos em aberto.

Apesar do cenário de taxa de juros em alta observado ao longo de 2022, devido ao efeito mencionado no parágrafo anterior, em que o aumento da receita de juros é compensada pelo aumento da despesa de juros, a linha da Margem Financeira com Clientes não foi impactada de forma relevante pelas variações na taxa Selic e a Carteira de Crédito continuou sua trajetória de crescimento.

Contudo, a linha da receita do Patrimônio Líquido Remunerado ao CDI foi diretamente beneficiada pela alta da taxa básica de juros: em 2022 a receita totalizou R\$474,8 milhões, valor 193,7% maior que em 2021, quando foi de R\$161,7 milhões.

Além disso, quando o Real se desvaloriza, ocorrem: (i) perdas nos passivos denominados em/ou indexados em moeda estrangeira, tais como títulos denominados em Dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em Reais da despesa financeira relativa aumenta;

e (ii) ganhos nos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como os títulos e operações de crédito indexados ao Dólar, quando a receita desses ativos mensurada em Reais aumenta. Opostamente, quando o Real se valoriza, ocorrem: (i) perdas nos ativos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira; e (ii) ganhos nos passivos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do Auditor

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nos exercícios findos em 2022, 2021 e 2020 que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 2022, 2021 e 2020 não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional do Banco ABC Brasil.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2020, o Banco adquiriu uma empresa comercializadora de energia, denominada ABC BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA, cujo objetivo é a execução das atividades:

- A comercialização de energia elétrica, envolvendo a compra e a venda no ambiente de contratação livre;
- A realização de operações financeiras para o desenvolvimento de suas atividades;
- Adiantamento de contratos de energia em projetos de geração; e
- Acesso ao mercado através da sua capilaridade comercial.

Em 2021, o Banco constituiu uma empresa corretora de seguros denominada ABC CORRETORA DE SEGUROS LTDA. A ABC Brasil Corretora iniciará suas operações ofertando produtos-chave para os Diretores Financeiros das empresas descritos abaixo:

(i) Seguro garantia:

- linha de seguros diretamente ligada à análise de crédito corporativo, expertise do ABC Brasil;
- complementar à oferta da fiança bancária, permitindo ao ABC Brasil passar a ofertar ambas as opções aos seus clientes; e
- impulsionado pelo reconhecimento por parte das seguradoras da capacidade de avaliação de crédito corporativo do ABC Brasil.

(ii) Seguro prestamista:

- direcionado para acionistas de referência de empresas, linha com alta aderência ao segmento de clientes Middle;
- agrega uma proteção à família na falta do acionista, com a quitação da dívida da empresa; e
- ao mesmo tempo, fortalece o rating de crédito da empresa.

(iii)Capital global:

- produto de seguro de vida em grupo direcionado aos colaboradores das empresas clientes do ABC Brasil.

Em 2022 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco ABC Brasil.

c) eventos ou operações não usuais.

Em 2022, 2021 e 2020 não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco ABC Brasil que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

2.7 – Destinação de resultados

a). regras sobre retenção de lucros

Conforme previsto no artigo 39 do estatuto social do Banco, por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas:

- I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos;
- II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional;
- III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional será limitada a 50% do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia será limitada a 10% do capital social e terá por finalidade adquirir ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, de acordo com o procedimento a ser definido pelo Conselho de Administração e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo formada com recursos equivalentes a até 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas das reservas de lucros existentes para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social.

Segue abaixo, tabela para melhor compreensão:

	2022	2021	2020
a. Regras sobre retenção de Lucros	a.i. Valores das Retenções de Lucros	a.i. Valores das Retenções de Lucros	a.i. Valores das Retenções de Lucros
	Reserva Legal - R\$ 40.011.635,51	Reserva Legal - R\$ 28.608.600,97	Reserva Legal - R\$ 16.103.805,21
	Reserva Equalização - R\$ 452.060.235,26	Reserva Equalização - R\$ 342.913.289,50	Reserva Equalização - R\$ 198.601.621,37
	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados
	Reserva Legal - 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social.	Reserva Legal - 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social.	Reserva Legal - 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social.
	Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social.	Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social.	Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social.
	Reserva de Lucros para Manutenção para recompra de ações de emissão da companhia - limitada a 10% do capital social	Reserva de Lucros para Manutenção para recompra de ações de emissão da companhia - limitada a 10% do capital social	Reserva de Lucros para Manutenção para recompra de ações de emissão da companhia - limitada a 10% do capital social
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Trimestral	Trimestral	Semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais administrativas ou arbitrais	Não há.	Não há.	Não há.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado. * Alínea "e" incluído pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017.	A política de destinação de resultados foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017.	A política de destinação de resultados foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017.	A política de destinação de resultados foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Em 2010 e 2011 a distribuição de juros sobre o capital próprio era trimestral. A reunião do conselho de administração realizada em 30 de março de 2012, deliberou que a distribuição de juros sobre o capital próprio passaria a ser realizada semestralmente, mediante as deliberações do conselho de administração, oportunidade em que serão definidos os valores, posição acionária a ser considerada e data de pagamento. A partir de 2021, a distribuição voltou a ser trimestral. As deliberações do conselho de administração, quanto à distribuição de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2022, ocorreram nas datas de 31/03/2022, 30/06/2022, 30/09/2022 e 29/12/2022.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco ABC Brasil S.A. possui política de destinação de resultados que foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

b) natureza e o propósito da operação.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo

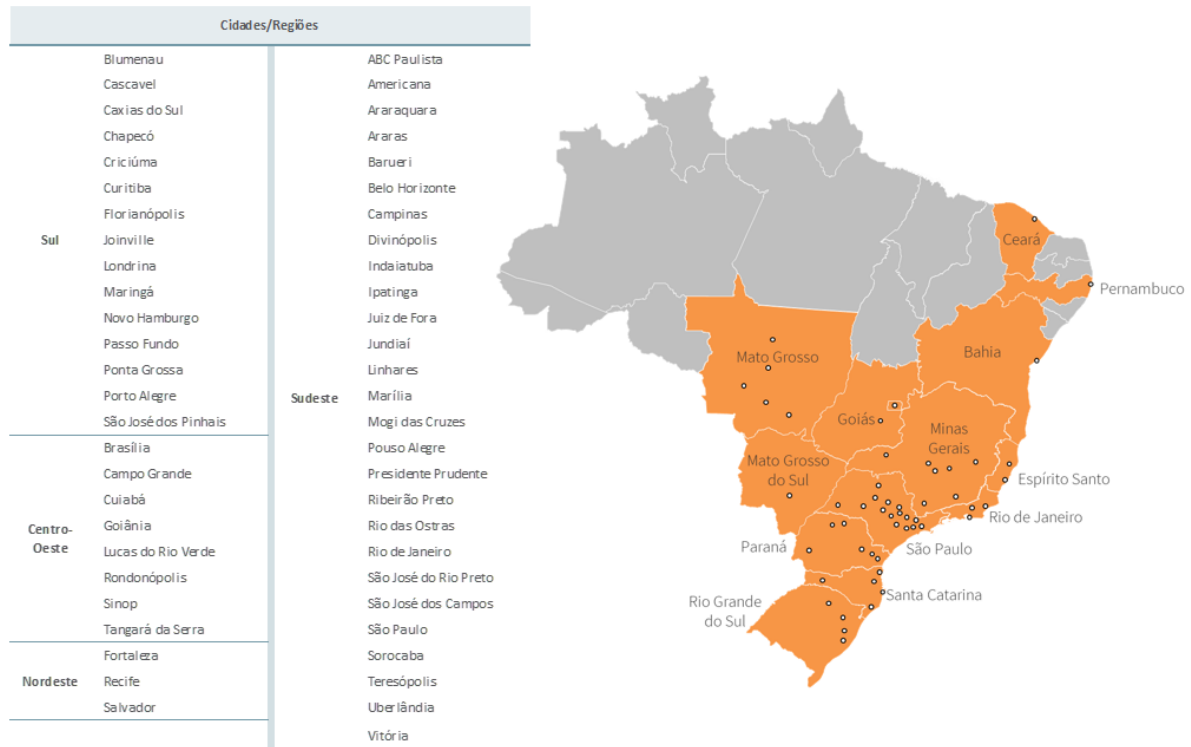
i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Fluxo das atividades de investimento (R\$ mil)	Dez/22	Dez/21	Dez/20	Dez/22 x Dez/21	Dez/21 x Dez/20
Aquisição de investimentos	(5.664)	(2.212)	(1.162)	156,1%	90,4%
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(84.592)	(48.202)	(43.569)	75,5%	10,6%
Aquisição de bens não de uso próprio	(49.483)	(48.622)	(40.971)	1,8%	18,7%
Alienação de imobilizado de uso e intangível	721	1.009	287	-28,5%	251,6%
Alienação de bens não de uso próprio	40.683	60.127	89.605	-32,3%	-32,9%
Constituição de reserva - remuneração da administração	25.088	(6.350)	(7.055)	-495,1%	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(73.247)	(44.250)	(2.865)	65,5%	1444,5%

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possuía atuação comercial em 53 cidades brasileiras, dentre 13 estados do país.

Presença Geográfica

Atualmente o Banco ABC Brasil conta com presença comercial em 53 cidades brasileiras, um acréscimo de 2 cidades em relação ao trimestre anterior:



Para 2023, o Banco pretende continuar a expandir sua presença comercial e avançar em sua transformação digital através de investimentos em tecnologia, dados e inovação.

Em 2022 o Banco fez investimentos estruturantes de forma a ampliar portfólio de produtos, diversificar fontes de receita e agregar escalabilidade em sua operação, reduzindo o custo de aquisição e o custo de servir os clientes. Dentre estas iniciativas, podemos destacar a forte expansão do headcount, o aumento da força comercial e a intensificação dos investimentos em tecnologia.

Em 2021, o Banco investiu na expansão de sua força comercial própria e na nova iniciativa ABC Link, modelo de distribuição de serviços financeiros do Banco através de escritórios parceiros, por meio de correspondentes bancários. Além disso, também deu início às operações de Corretagem de Seguros, Crédito Consignado Privado e *Credito to Enterprise (C2e)*, sendo o C2e a solução de crédito nativa-digital do ABC Brasil para pessoa jurídica, embarcada em ecossistemas de parceiros, possibilitando oferecer crédito por canais digitais no conceito de *embedded finance*.

Em 2020, o Banco expandiu sua cobertura para 10 novas cidades, sendo 4 no Estado de São Paulo, 4 em outros Estados já atendidos pelo Banco em dezembro de 2019, e 2 em novos

Estados: Bahia e Espírito Santo. Além disso, também deu início às operações da Comercializadora de Energia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito através de seu capital próprio. Maiores detalhes sobre o capital próprio são apresentados no item 2.1.b.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco.

c) Novos produtos e serviços, indicando

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços relevantes, que possam impactar a estrutura de receitas e despesas do Banco.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do Banco relacionadas a questões ASG

Para 2023, o Banco reorganizou sua área de ASG, com o objetivo de fortalecer o posicionamento institucional do Banco na agenda e capturar novas oportunidades de negócios, expandindo seu portfólio de produtos sustentáveis.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 2022, 2021 e 2020, o Banco ABC Brasil não teve despesas relevantes com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, de modo que todos os fatores relevantes que poderiam impactar o desempenho operacional do Banco ABC Brasil já estão citados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Informações adicionais aos acionistas, nos termos do artigo 10, §único, II da Resolução CVM nº 81/22 - Destinação do Lucro Líquido

ANEXO A

(i) Informar o lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco ABC Brasil contabilizou lucro líquido no valor de R\$ 800.232.710,25 (oitocentos milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e dez Reais e vinte e cinco centavos).

(ii) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2022 foi de R\$ 308.160.839,48 (trezentos e oito milhões, cento e sessenta mil e oitocentos e trinta e nove Reais e quarenta e oito centavo), representando o valor de R\$ 1,3953 (um vírgula três nove cinco três reais) por cada ação.

(iii) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído durante o exercício de 2022 foi de 38,51% (trinta e oito vírgula cinco um por cento).

(iv) Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2022 o Banco ABC Brasil não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

(v) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável, tendo em vista que as RCAs de 28/03/2022, 24/06/2022, 26/09/2022 e 26/12/2022 deliberaram sobre a distribuição dos juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2022. A posição acionária considerada para o pagamento dos juros sobre o capital próprio foi a dos acionistas inscritos nos registros de Acionistas da Companhia nas datas de 31/03/2022, 30/06/2022, 30/09/2022 e 29/12/2022, respectivamente.

(vi) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não houve distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

(vii) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro por ação		
Exercício	EO	EP
2022	3,62338	3,62338
2021	2,59969	2,59969
2020	1,48179	1,48179

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

JCP por ação		
Exercício	EO	EP
2022	1,3953	1,3953
2021	0,9117	0,9117
2020	0,4940	0,4940

(viii) Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi destinado a reserva legal o montante de R\$ 40.011.635,51 (quarenta milhões, onze mil, seiscentos e trinta e cinco Reais e cinquenta e um centavos).

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal equivale a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do Banco ABC Brasil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(ix) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

(x) Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

No exercício de 2022 foram distribuídos 38,51% do lucro líquido em forma de juros sobre capital próprio.

- c. Informar o montante eventualmente retido

No exercício de 2022, foram retidos R\$ 492.071.870,77 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e um mil, oitocentos e setenta Reais e setenta e sete centavos) compostos por: R\$ 40.011.635,51 (quarenta milhões, onze mil, seiscentos e trinta e cinco Reais e cinquenta e um centavos) destinados a reserva legal e R\$ 452.060.235,26 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, sessenta mil, duzentos e trinta e cinco Reais e vinte e seis centavos) destinados a Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos.

Conforme redação do artigo 39, parágrafo 1º do Estatuto Social do Banco ABC Brasil, a Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

(xi) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável

(xii) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável

- (xiii) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável

- (xiv) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

“Artigo 39 - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos; II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional; III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia.

Parágrafo 1º: A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei”.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

No exercício de 2022, foram retidos R\$ 452.060.235,26 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, sessenta mil, duzentos e trinta e cinco Reais e vinte e seis centavos).

- c. Descrever como o montante foi calculado

É destinado à reserva de equalização de dividendos, o saldo remanescente da conta lucros acumulados, após a destinação da Reserva Legal e Juros sobre o Capital Próprio.

- (xv) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável

- (xvi) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável

Informações Adicionais:

O valor dos juros sobre capital próprio está sujeito ao imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em paraísos fiscais cuja alíquota de imposto de renda é de 25%.

O valor de juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, é imputado aos dividendos obrigatórios, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95.

**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 7.3 A 7.6 -
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

A Companhia recebeu manifestação por parte do acionista preferencialista minoritário, Hydrocenter Válvulas Tubos e Conexões Ltda., solicitando a inclusão de indicação de candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia para votação na Assembleia Geral Ordinária de 2023. Tal indicação consta no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia na presente data.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Membro efetivo indicado por acionista minoritário detentor de ações preferenciais de emissão da Companhia

a.	nome: Gabriela Soares Pedercini
b.	data de Nascimento: 27/01/1989
c.	profissão: Engenheira Eletricista
d.	CPF ou número do passaporte: 085.995.616-42
e.	cargo eletivo ocupado: Membro Efetivo do Conselho Fiscal eleito por por preferencialistas
f.	data de eleição: 28/04/2023
g.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
h.	prazo do mandato: até a AGO de 2024
i.	se foi eleito pelo controlador ou não: não
j.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: sim
k.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos 29/04/2022
l.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:
	Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais e MBA Finanças - Instituto Brasileiro de Capitais -IBMEC. Atua desde maio/2020 como membro Titular do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. Atuou como membro Titular do Conselho Fiscal (2019-2020) da IRB-Brasil Resseguros S.A.

m.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i.	condenação criminal: Não há
ii.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
iii.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

Membro suplente indicado por acionista minoritário detentor de ações preferenciais de emissão da Companhia

a.	nome: Genival Francisco da Silva
b.	data de Nascimento: 18/11/1959
c.	profissão: contador
d.	CPF ou número do passaporte: 003.736.268-27
e.	cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal eleito por preferencialistas
f.	data de eleição: 28/04/2023
g.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
h.	prazo do mandato: até a AGO de 2024
i.	se foi eleito pelo controlador ou não: não
j.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: sim
k.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos 29/04/2022
l.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:

Bacharel em Ciências Contábeis pela PUCSP. MBA Executivo em Administração Avançada pela HBS Boston. Pós-graduado em política estratégica pela USP e diplomado na escola superior de guerra - ADESG SP. Trabalhou por 10 anos na ERNST YOUNG AUDITORIA E CONSULTORIA (1982 a 1992). Atuou como Diretor de Controladoria no Banco ABC Roma S.A. (1992 a 1994). Foi membro titular do Conselho de Administração do Banco da Amazonia S.A. (2018 a 2019). Atuou como membro titular do Conselho Fiscal da LAUREATE - Anhembi Morumbi Instituto de Ensino (2010 a 2012) e da Azevedo Travassos Engenharia S.A. (2014 a 2018). Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal do Banco Bradesco (2019 a 2021) e da Companhia Catarinense de Águas e Esgotos

- CASAN (2019 a 2020). Atualmente é Membro Suplente do Conselho Fiscal da COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo S.A..
m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. condenação criminal: Não há
ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável na eleição de membros do Conselho Fiscal.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor:
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b. controlador direto ou indireto do emissor:
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho Fiscal

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração irá propor para que a Assembleia Geral aprove, para o ano de 2023, o montante global de R\$ 181.700.000,00 (cento e oitenta e um milhões e setecentos mil reais) como teto de remuneração dos Administradores da Companhia, conforme dispõe o Estatuto Social. A proposta refere-se ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Para o ano de 2022, o valor aprovado pela Assembleia foi no montante de R\$ 164.500.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões e quinhentos mil Reais), sendo que o valor efetivamente pago foi de R\$ 130.004.280,15 (cento e trinta milhões, quatro mil, duzentos e oitenta reais e quinze centavos). O saldo de R\$ 34.495.719,85 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) ficou dentro do limite aprovado em Assembleia, considerando o atingimento de resultado da instituição, das áreas e dos colaboradores.

A proposta da remuneração global dos Administradores de 2023 é 10,5% maior que a proposta de 2022, acompanhando as metas globais do Banco e reajuste (dissídio) para a categoria. Ressaltando que o valores de montante apresentados não consideram a incidência de INSS.

8.1. Política/prática de remuneração: Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

1. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração do Banco visa cumprir com a legislação vigente e os padrões de governança corporativa, atribuindo valores fixo e variáveis compatíveis com a atribuição das funções de cada um dos seus órgãos e membros, obedecendo um equilíbrio interno no que tange a importância relativa das atividades e das linhas de negócio dentro da organização, e um equilíbrio externo, com referência em práticas de mercado nas organizações do mesmo setor e porte.

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Dentro da prática atual adotada pelo Banco, o objetivo é alinhar a visão dos executivos com a dos acionistas e possibilitar à organização a atração e retenção de profissionais qualificados com grau de experiência relevante para o exercício do seu cargo e de suas responsabilidades.

O Conselho de Administração tem como maior parte de sua remuneração total a parcela fixa, alinhando as melhores práticas de mercado.

Referente ao Conselho Fiscal e Comitês de Auditoria e de Remuneração, a composição da remuneração é apenas de parcela fixa, alinhado as melhores práticas de mercado. Os executivos do Banco que participem de alguma destas estruturas não fazem jus ao recebimento de qualquer remuneração adicional por força destas funções específicas.

Para a Diretoria Estatutária, a política de remuneração é composta de parte fixa, com honorários e benefícios, parte variável e parcela em instrumentos de ações, atendendo a Resolução nº 3.921 do Conselho Monetário Nacional (“Res. CMN nº 3.921/10”), com o objetivo de reconhecer as contribuições feitas por estes executivos para a construção dos resultados de curto, médio e longo prazo.

2. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - (i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Comitê de Remuneração
<p><u>*Responsabilidades</u> Art. 142 da Lei das S/A e Art. 21, itens “a” a “p” do Estatuto Social</p>	<p><u>Responsabilidades</u> Comitê Executivo Art. 22, parágrafo 1º, itens “a” a “l” do Estatuto Social; Diretor Presidente Art.22,§7º, itens “a” a “e”; Diretor Vice-Presidente Executivo Art. 22, §8º, itens “a” a “e”; Diretores Vice-Presidentes Art. 22, §9, itens “a” a “d”;</p>	<p><u>Reponsabilidades</u> Art.163 da Lei das S/A e Art. 26 do Estatuto Social</p>	<p><u>Responsabilidades</u> Resolução nº 3.198/04 do BACEN e Artigo 27 do Estatuto Social</p>	<p><u>Responsabilidades</u> Resolução nº 3.921/10 do BACEN e Art. 28 do Estatuto Social</p>

	Diretor Executivo Art. 22, §10, itens “a” a “c”; Diretor de Relações com Investidores Art. 22, §11, itens “a” a “c”; Demais Diretores – Art. 22, §12, itens “a” a “c”.			
--	---	--	--	--

- (ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração de cada Administradores é fixada pelo Comitê de Remuneração e submetida ao Conselho de Administração, com base nos objetivos de resultado do período, e ainda com referência às práticas de mercado. Utilizando dados estatísticos fornecidos por consultorias especializadas, levando em consideração os níveis de responsabilidades de cada Administrador, bem como aspectos legais com o objetivo de melhor adequar aos interesses do Banco.

- (iii) Com que Frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor;

O Comitê de Remuneração revisa anualmente a Política, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

3. Composição da remuneração, indicando:

- (i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Conselho de Administração - Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função.

Conselho Fiscal – Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários em valor não inferior a 10% da remuneração fixa em média de cada Diretor, excluídos valores de benefícios, bônus ou participação nos lucros.

Comitê de Auditoria – Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função.

Comitê de Remuneração - Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função. Os integrantes do Comitê de Remuneração que já exercerem atividades executivas dentro do Banco não serão remunerados por esta atividade.

Demais Comitês – Não existe remuneração específica para as atividades dos executivos ou membros do Conselho de Administração que façam parte dos demais Comitês do Banco.

Diretoria - Remuneração fixa composta por honorários, benefícios e valores recolhidos à previdência oficial, definida de acordo com a função respeitando a legislação vigente. Por benefícios são concedidos Assistência Médica, Seguro de Vida, Auxílio Alimentação e Auxílio Refeição. Remuneração variável anual com possível antecipação de 40% dos valores recebidos no ano anterior. O cálculo do ano será realizado sobre resultados individuais, da equipe e do Banco como um todo, com metas estabelecidas a todos os participantes. Da parcela da remuneração variável, pelo menos 50% do valor é convertido em instrumentos de ações, com prazo de liberação no prazo de até 3 anos, quando ação efetuamos a liberação de 1/3 a cada ano, conforme a Res. CMN nº 3.921/10.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,0%	18,8%	100,0%
Benefícios Direto ou Indireto	0,0%	2,1%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	11,8%	0,0%
Pós Emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em Ações	0,0%	67,3%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,0%	20,8%	0,0%
Benefícios Direto ou Indireto	0,0%	2,5%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	14,9%	0,0%
Pós Emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em Ações	0,0%	61,9%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	0,0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	98,9%	48,9%	100,0%
Benefícios Direto ou Indireto	1,1%	4,3%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	31,8%	0,0%
Pós Emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em Ações	0,0%	15,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

As responsabilidades de cada órgão seguem descritas no quadro abaixo:

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Comitê de Remuneração
<p>*Responsabilidades Art. 142 da Lei das S/A e Art. 21, itens “a” a “p” do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades Comitê Executivo Art. 22, parágrafo 1º, itens “a” a “l” do Estatuto Social; Diretor Presidente Art.22,§7º, itens “a” a “e”; Diretor Vice-Presidente Executivo Art. 22, §8º, itens “a” a “e”; Diretores Vice-Presidentes Art. 22, §9, itens “a” a “d”; Diretor Executivo Art. 22, §10, itens “a” a “c”; Diretor de Relações com Investidores Art. 22, §11, itens “a” a “c”;</p>	<p>Reponsabilidades Art.163 da Lei das S/A e Art. 26 do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades Resolução nº 3.198/04 do BACEN e Artigo 27 do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades Resolução nº 3.921/10 do BACEN e Art. 28 do Estatuto Social</p>

	Demais Diretores – Art. 22, §12, itens “a” a “c”.			
--	---	--	--	--

Os montantes de remuneração total dos Administradores são calculados e propostos pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração, com base nos objetivos de resultado do período, e ainda com referência às práticas de mercado, e levados para aprovação na assembleia geral ordinária, levando em consideração os aspectos legais com o objetivo de melhor adequar aos interesses do Banco.

O Banco ABC Brasil utiliza pesquisas de mercado realizadas por consultorias especializadas para referência nas melhores práticas de remuneração e de valores a fim de atrair e reter profissionais qualificados para o exercício de suas funções. Dentro dos parâmetros utilizados para comparação de mercado, nas funções de diretoria estatutária são usadas para comparação empresas do mesmo segmento e porte do Banco ABC Brasil dentro das atividades desenvolvidas pela empresa. No que tange a comparação dos demais órgãos, além das empresas do setor financeiro, também são consideradas empresas de capital aberto que possuam as mesmas estruturas que mantemos hoje dentro do Banco.

Os valores de honorários ou salários da diretoria estatutária sofrem o reajuste da categoria dos bancários como toda a população de funcionários do Banco, assim como eventuais benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, quando aplicáveis. Para os demais órgãos, Conselho de Administração e Fiscal, e os Comitês de Auditoria e Remuneração, a avaliação dos valores dos honorários é feita anualmente frente às práticas de mercado e os interesses do Banco.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária é calculada de acordo com o resultado do Banco e das equipes, com metas quantitativas e qualitativas para ponderação dos valores a serem distribuídos individualmente.

- principais indicadores de desempenho nelevados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:

Os principais indicadores de desempenho utilizados para determinar a remuneração variável da diretoria estatutária são o lucro contábil, rentabilidade sobre o patrimônio, índices de eficiência, índices de qualidade, além de uma parcela qualitativa, que avalia as competências de cada indivíduo nos seus papéis dentro da organização, como contribuição com os valores e cultura da organização, e no papel de liderança e gestão de pessoas.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração:

O Banco mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência no mercado local e internacional. Desta forma, a remuneração dos membros destes órgãos visa acompanhar o que é praticado no mercado a fim de garantir o melhor andamento desta instituição.

A parcela de Remuneração Fixa, que engloba em determinados casos benefícios, refere-se ao grau de responsabilidade da função e da experiência do ocupante da posição.

A parcela de Remuneração Variável refere-se ao grau de desempenho das atividades a cada período, e o reconhecimento pela contribuição para os objetivos do Banco no curto e médio prazo.

A parcela em ações, além de atender a demanda regulatória, tem o objetivo de alinhar os objetivos dos executivos aos dos acionistas e a construção de valor futuro, assim como nos programas de ILP reforçam as políticas de atração, motivação e retenção de talentos, alinhando os interesses de colaboradores do ABC Brasil com a geração de resultado e criação de valor sustentável no longo prazo. Adicionalmente, o ILP visa estimular a sucessão organizada em posições chave do ABC Brasil.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

No Banco ABC Brasil não temos membros não remunerados.

4. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

5. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Caso, durante o período de diferimento da remuneração variável haja uma transferência de controle acionário do Banco, no momento de cada entrega aos administradores das ações que ocorrer após a transferência de controle, será pago aos administradores uma quantia adicional equivalente à diferença entre: (a) o valor por ação pago pelo comprador/adquirente ao acionista controlador alienante e (b) o valor de mercado de tais ações na data de transferência de controle do Banco. Essa diferença será corrigida pelo CDI.

8.2. Remuneração total por órgão: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Valores previstos para o exercício social corrente (2023).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	35,00	6,00	49,00
Nº de membros remunerados	8,00	35,00	3,00	46,00
Remuneração Fixa Anual				0,00
Salário ou pró-labore	4.755.332,00	34.655.109,03	435.600,00	39.846.041,03
Benefícios Direto e Indireto	0,00	5.951.114,95	0,00	5.951.114,95
Participação em comitê	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Participação de Resultados	0,00	27.417.605,29	0,00	27.417.605,29
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	782.833,00	0,00	782.833,00
Baseada em a�oes	0,00	106.702.405,73	0,00	106.702.405,73
Observa�o	1. O número de membros de cada �rgo � calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. � considerado membro de um �rgo o m�s de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reelei�o ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada �rgo � calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. � considerado membro de um �rgo o m�s de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reelei�o ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada �rgo � calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. � considerado membro de um �rgo o m�s de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reelei�o ele permanece como administrador.	
Total da Remunera�o	4.755.332,00	176.509.068,00	435.600,00	181.700.000,00

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,750	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Remuneração Fixa Anual				0
Salário ou pró-labore	3.026.024,13	23.880.200,25	179.079,99	27.085.304,37
Benefícios Direto e Indireto	0,00	2.618.098,42	0,00	2.618.098,42
Participação em comitê	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				0,00
Bônus	0,00	1.248.338,54	0,00	0,00
Participação de Resultados	0,00	13.674.786,19	0,00	13.674.786,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	
Total da Remuneração	3.026.024,13	126.799.176,04	179.079,99	130.004.280,15

2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,83	26,17	0,00	32,00
Nº de membros remunerados	5,83	26,17	0,00	32,00
Remuneração Fixa Anual				0
Salário ou pró-labore	3.003.231,30	21.380.869,60	0,00	24.384.100,90
Benefícios Direto e Indireto	0,00	2.562.599,20	0,00	2.562.599,20
Participação em comitê	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				0,00
Bônus	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
Participação de Resultados	0,00	14.055.408,58	0,00	14.055.408,58
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	904.223,57	0,00	904.223,57
Baseada em ações	0,00	63.756.734,65	0,00	63.756.734,65
Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	
Total da Remuneração	3.003.231,30	102.995.215,42	0,00	105.998.446,72

2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,42	28,42	3,00	36,83
Nº de membros remunerados	5,42	28,42	1,50	35,33
Remuneração Fixa Anual				0
Salário ou pró-labore	2.650.592,81	21.985.289,46	216.000,00	24.851.882,27
Benefícios Direto e Indireto	29.640,00	1.945.372,53	0,00	1.975.012,53
Participação em comitê	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de Resultados	0,00	6.206.090,21	0,00	6.206.090,21
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	8.088.522,00	0,00	8.088.522,00
Baseada em ações	0,00	6.723.264,39	0,00	6.723.264,39
Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	
Total da Remuneração	2.680.232,81	44.948.538,58	216.000,00	47.844.771,39

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As estimativas apresentadas para 2023 são feitas de acordo com a previsão orçamentária e dependem 100% do resultado. Nos anos anteriores o ajuste da provisão foi feito mensalmente para garantir 100% da aderência ao pagamento de variável da diretoria estatutária.

Para a Diretoria Estatutária o valor mínimo estabelecido é de zero e o máximo conforme aprovado na AGOE anualmente. O valor efetivamente reconhecido no resultado é de 100% do que foi pago no exercício.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	35,00	6,00	49,00
Nº de membros remunerados	8,00	35,00	3,00	49,00
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	27.417.605,29	0,00	27.417.605
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	10.804.979,76	0,00	10.804.980

Obs.:

- d) O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles;
- e) É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador;

Remuneração variável exercício (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	13.674.786,19	0,00	13.674.786,19

Obs.:

- a) O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles;
- b) É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador;

Remuneração variável exercício (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros^{1 2}	5,83	26,17	0,00	32,00
Nº de membros remunerados^{1 2}	5,83	26,17	0,00	32,00
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração³</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração³</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas³</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	77.812.143,24	0,00	77.812.143,24
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	77.812.143,24	0,00	77.812.143,24
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	14.055.408,58	0,00	14.055.408,58

Remuneração variável exercício (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros^{1 2}	5,42	28,42	3,00	36,83
Nº de membros remunerados^{1 2}	5,42	28,42	1,50	35,33
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração³</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração³</i>	654.967,13	957.462,32	0,00	1.612.429,45
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas³</i>	654.967,13	957.462,32	0,00	1.612.429,45
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	12.378.986,27	0,00	12.378.986,27
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	12.378.986,27	0,00	12.378.986,27
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	6.206.090,21	0,00	6.206.090,21

Obs.:

- (i) O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles;
- (ii)
- (iii) É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração de Administradores do Banco prevê que, no mínimo 50% da remuneração variável será paga em instrumentos de ações baseados em ações preferenciais de emissão do Banco, com prazos de liberação em até 3 anos, conforme a Res. CMN nº 3.921/10.

- b. data de aprovação e órgão responsável

O Conselho de Administração do Banco ABC é responsável por supervisionar a atuação do Comitê de Remuneração, assegurando que os requisitos exigidos pela Resolução nº 3.921/10 sejam cumpridos, especialmente no que se refere ao planejamento, operacionalização, controle e revisão da Política.

- c. número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações abrangidas.

- d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não serão outorgadas opções

- e. condições de aquisição de ações

O resultado recorrente do Banco não tenha nenhuma queda significativa e/ou que o executivo permaneça na Companhia nos prazos de liberação das ações. Em caso de redução significativa do lucro recorrente ou resultado negativo da instituição durante um determinado semestre, a parcela da Remuneração Variável Diferida que seria entregue aos Administradores no semestre seguinte deverá ser reduzida.

- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Preço de negociação das ações corresponderá ao valor médio de fechamento da ação ABCB4 nos do mês de junho (para as entregas relativas ao primeiro semestre) e do mês de dezembro (para as entregas relativas ao segundo semestre ou relativas a todo o ano).

- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A liberação das ações acontecerá em parcelas no prazo máximo de 3 anos, atendendo a Res. CMN nº 3.921/10.

- h. forma de liquidação

Não há liquidação, apenas a liberação das ações bloqueadas.

- i. restrições à transferência das ações

É restrita a transferência das ações antes dos períodos de liberação e nos períodos de vedação a negociação, além de solicitação de autorização prévia e expressa da área de Compliance do Banco para negociação.

- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A cláusula 6.2 prevê que o Banco reserva-se o direito de rever, modificar, alterar ou revogar o Plano de Remuneração caso haja alteração material ou relevante das leis ou regulamentos que regem as sociedades anônimas, as instituições financeiras, as relações trabalhistas, os encargos previdenciários e tributários incidentes sobre a remuneração, ou ainda mediante revisão realizada pelo Comitê de Remuneração que no próprio ato justificará a conveniência e oportunidade da revisão.

- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Administrador, serão aplicáveis as seguintes regras:

(i) em caso de renúncia/pedido de demissão do Administrador ou destituição/desligamento por justa causa, o Administrador não receberá as ações cuja entrega tenha sido diferida e não tenha ainda decorrido o prazo do diferimento até a data de renúncia ou destituição/desligamento por justa causa do Administrador;

(ii) em caso de destituição/desligamento sem justa causa, o Administrador receberá as Ações, cuja entrega tenha sido diferida proporcionalmente à parcela do período de diferimento em que o Administrador permaneceu em seu cargo;

(iii) em caso de incapacidade total e permanente do Administrador, conforme atestado pela Previdência Social, o direito do Administrador e/ou de seus dependentes e remuneração variável diferida já apurada não será afetado, sendo que a totalidade das Ações, cuja entrega tenha sido diferida será entregue ao Administrador;

(iv) em caso de falecimento do Administrador, não será afetado o direito ao recebimento de remuneração variável. Nesta hipótese, a entrega da remuneração variável diferida será antecipada e efetuada em benefício dos herdeiros do falecido, após a conclusão do inventário (judicial ou extrajudicial).

8.5. Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo ²:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.7. Opção em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

8.8. Opções exercidas e ações entregues: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.10. Outorga de ações: Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75		26,42		0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75		26,42		0,83	32,00
data de outorga	n/a	n/a	19/08/22	24/02/23	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	n/a	n/a	2.510.959	2.528.977	n/a	5.039.936
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 Meses	6 Meses	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	15,72	19,03	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga ¹	n/a	n/a	39.472.275	48.126.432	n/a	n/a

1) Considera instrumentos baseado em Ações

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83		26,17		0,00	32,00
Nº de membros remunerados	5,83		26,17		0,00	32,00
data de outorga	n/a	n/a	20/08/2021	24/02/2022	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	0	0	1.367.785	2.449.973	0	3.817.758
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 Meses	6 Meses	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	17,25	16,77	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga ¹	n/a	n/a	23.594.291	41.086.047	n/a	n/a

1) Considera instrumentos baseado em Ações

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,42		28,42		3,00	36,83
Nº de membros remunerados	5,42		28,42		1,50	35,33
data de outorga	n/a	n/a	21/08/2020	25/02/2021	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	0	0	107.610	544.168	0	651.778
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 Meses	6 Meses	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	14,77	15,07	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga"	n/a	n/a	1.589.400	8.200.612	n/a	n/a

1) Considera instrumentos baseado em Ações

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Número de Ações	12.945	1.579.641	n/a	1.592.586
preço médio ponderado de aquisição	17,12	17,13	n/a	n/a
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	17,12	17,13	n/a	n/a
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas"	0	0	n/a	n/a

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83	26,17	0,00	32,00
Nº de membros remunerados	5,83	26,17	0,00	32,00
Número de Ações	23.688	1.953.314	n/a	1.977.002
preço médio ponderado de aquisição	15,25	15,47	n/a	n/a
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	15,25	15,47	n/a	n/a
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas"	0	0	n/a	n/a

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,42	28,42	3,00	36,83
Nº de membros remunerados	5,42	28,42	1,50	35,33
Número de Ações	20.200	2.955.344	n/a	2.975.544
preço médio ponderado de aquisição	17,83	18,66	n/a	n/a
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	17,83	18,66	n/a	n/a
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas"	0	0	n/a	n/a

Obs: O preço médio ponderado de aquisição não possui diferença do preço médio de mercado.

8.12. Precificação das ações/opções: Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação:

O preço da ação para cálculo do montante de ações a serem outorgadas corresponde ao valor médio de fechamento das ações do Banco (ABCB4) nos pregões na B3 - BRASIL BOLSA BALCÃO dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre).

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O modelo de precificação utiliza apenas a média do preço das ações dentro do mês de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), pois o Banco distribui apenas ações, e não opções, e por essa razão não há dados e premissas para preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros de risco.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O Banco distribui apenas ações, e não opções, e por essa razão não há dados e premissas para preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco, não havendo, conseqüentemente, efeitos esperados de exercício antecipado.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada:

O Banco distribui apenas ações, e não opções, e por essa razão não há dados e premissas para volatilidade esperada, não havendo, conseqüentemente, forma de determinar a volatilidade esperada.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

O Banco distribui apenas ações, e não opções, e por essa razão não há mensuração de valor justo, não havendo, conseqüentemente, nenhuma outra característica para isso.

8.13. Precificação detidas por órgão: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Emissor: Banco ABC Brasil S.A.

Órgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	1.827.737	0	1.827.737
Diretoria	10.541.065	0	10.541.065
Conselho Fiscal	0	0	0

Emissor: Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda

Órgão	Quotas
Conselho de Administração	58.078
Diretoria	67.757
Conselho Fiscal	-

Emissor: ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Órgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

Data base: 31.12.2022

8.14. Planos de previdência: Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Os benefícios a que se referem os valores no item 8.2 referem-se apenas à assistência médica e seguro de vida em grupo. Não possuímos plano de previdência privada.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	4,75	5,83	5,42	26,42	26,17	30,00	0,83	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,75	5,83	5,42	26,42	26,17	30,00	0,83	0,00	1,50
Valor da maior remuneração (reais)	462.214,21	791.767,50	789.435,00	20.526.574,79	12.383.865,85	14.544.499,04	59.693,33	0,00	88.200,00
Valor da menor remuneração (reais)	182.619,50	443.389,80	442.083,60	692.397,43	1.407.315,57	1.093.440,39	59.693,33	0,00	88.200,00
Valor médio da remuneração (reais)	336.224,90	500.538,55	285.958,69	5.315.142,67	3.678.400,55	4.097.648,40	59.693,33	0,00	0,00

8.16. Mecanismos remuneração/indenização: Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

O Banco possui, para o caso de destituição de diretores por aposentadoria ou por interesse da organização, a política de manutenção das ações diferidas referente a remuneração variável com liberação nos prazos previstos. Existe a possibilidade de antecipação do período de diferimento em caso de falecimento do administrador. Qualquer outro arranjo celebrado é definido dentro da política proposta pelo Comitê de Remuneração e submetida à aprovação do Conselho de Administração.

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração: Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2022	61,0%	0,0%	0,0%
2021	55,9%	0,0%	0,0%
2020	69,9%	0,0%	0,0%

8.18. Remuneração - Outras funções: Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados”.

Não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, à título de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria ou do conselho fiscal do Banco nos três últimos exercícios sociais.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, à título de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria ou do conselho fiscal do Banco nos três últimos exercícios sociais.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os itens considerados relevantes foram informados nos itens anteriores.

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

ANEXO B – Resolução CVM nº 81/22

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM INSTRUMENTOS DE AÇÕES

1. Fornecer cópia da plano proposto

Vide cópia da política ao final do item 4.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

- a. Potenciais beneficiários

Este Plano é aplicável aos Administradores do Banco ABC, compreendendo apenas os pagamentos feitos por conta do exercício das referidas funções e, em alguns casos, dos referidos cargos (caso de empregados subordinados ao Comitê Executivo e incluídos como diretores estatutários).

- b. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Banco ABC Brasil não remunera o plano com opções

- c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

Estimativa para 2023 de 5.607.063 Ações

- d. Condições de aquisição

O desempenho individual dos Administradores é com base no contrato de metas celebrado por cada Administrador e arquivado na sede do Banco ABC.

- e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O número de Ações a serem entregues aos Administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à Remuneração Variável Diferida pelo preço unitário das Ações. Para fins desse cálculo, o preço de cada Ação corresponderá ao valor médio de fechamento da ação ABCB4 do mês de junho (para as entregas relativas ao primeiro semestre) e do mês de dezembro (para as entregas relativas ao segundo semestre ou relativas a todo o ano).

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

As Ações referentes à Remuneração Variável Diferida serão entregues aos Beneficiários em lotes, de forma proporcional ao período de diferimento, conforme política vigente.

g. Forma de liquidação de opções

O Banco ABC Brasil não remunera o plano com opções

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A entrega das Ações referentes à Remuneração Variável Diferida atribuídas aos Beneficiários apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável, (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado do Banco ABC; (ii) resultado negativo do Banco ABC; ou (iii) erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

No caso de ocorrer uma redução significativa do lucro recorrente realizado ou um resultado negativo da instituição ou ainda a detecção de erros cometidos no período aquisitivo do direito à remuneração variável, durante um determinado semestre, a parcela da Remuneração Variável Diferida ainda não paga, devida no semestre seguinte, deverá ser revertida ao Banco ABC proporcionalmente à redução no resultado, observado o disposto a seguir.

Para fins desta cláusula considera-se significativa a redução igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do resultado do período, comparado ao mesmo período do ano anterior.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

O Plano tem como principais objetivos:

- a) Alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco ABC à política de gestão de riscos;
- b) Evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo adotadas pelo Banco ABC; e
- c) Criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano é constantemente revisto pelo Comitê de Remuneração que irá zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Banco ABC e com a regulamentação aplicável. Ele irá avaliar também cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O plano é parte integrante da política de remuneração da companhia

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

Existem metas objetivas, desafiadoras e factíveis que contribuem para estratégia de curto, médio e longo prazo

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

Não temos despesas com a política que afete a companhia.

Transcrição da política de remuneração baseado em instrumentos de ações:

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES DO BANCO ABC BRASIL S.A.

1 - Introdução

Esta Política de Remuneração de Administradores (“Política”) trata das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração dos administradores do Banco ABC Brasil S.A. (“**Banco ABC**”), exclusivamente para as finalidades previstas pela Resolução nº 3.921, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional (“Resolução nº 3.921/10”).

À critério da Área de Pessoas, tais normas e diretrizes poderão ser aplicadas aos Administradores das empresas subsidiárias do Banco ABC, aqui denominadas Grupo ABC Brasil.

A Política tem como principais objetivos:

- (ii) Atender aos regramentos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece regras especiais para as instituições financeiras, como é o Banco ABC;
- (iii) Conformar a remuneração de quem seja considerado como Administrador do Banco ABC para fins dos regramentos referidos no item (i) acima e, especialmente, de quem assume esse encargo nos termos de sua governança;
- (iv) Em vista do exposto nos itens anteriores, alinhar as práticas de remuneração dos Administradores do Banco ABC e do Grupo ABC Brasil à sua política de gestão de riscos;
- (v) Evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; e
- (v) Criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC e do Grupo ABC Brasil.

2 - Escopo

Esta Política é aplicável aos Administradores do Banco ABC e do Grupo ABC (conforme o caso) compreendendo apenas os pagamentos feitos por conta do exercício das referidas funções e, em alguns casos, dos referidos cargos (caso de empregados subordinados ao Comitê Executivo e incluídos como diretores estatutários).

3 – Definições

Administradores: São os membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e os Diretores (empregados) do Banco ABC e empresas subsidiárias. Quando se tratar de disposições específicas aos Administradores das subsidiárias, serão referidos como “Administradores das empresas subsidiárias”.

Custodiante: É a instituição financeira contratada pelo Banco ABC para prestar serviços de escrituração e custódia das ações.

Remuneração: é o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado ao Banco ABC e/ou às empresas subsidiárias pelos seus Administradores, compreendendo remuneração fixa e remuneração variável.

Remuneração Fixa: é representada por salários, honorários e comissões.

Remuneração Variável: Pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos.

4 - Responsabilidades

4.1. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por:

(i) elaborar a Política e propor ao Conselho de Administração as diversas formas de Remuneração Fixa e Remuneração Variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;

(ii) supervisionar a implementação e operacionalização da Política;

(iii) revisar anualmente a Política, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;

(iv) propor ao Conselho de Administração o montante da Remuneração global dos Administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações;

(v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política;

(vi) analisar a Política em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;

(vii) zelar para que a Política esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Banco ABC e com a regulamentação aplicável; e

(viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10.

4.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco ABC é responsável por supervisionar a atuação do Comitê de Remuneração, assegurando que os requisitos exigidos pela Resolução nº 3.921/10 sejam cumpridos, especialmente no que se refere ao planejamento, operacionalização, controle e revisão da Política.

Compete, ainda, ao Conselho de Administração:

(i) analisar proposta do Comitê de Remuneração acerca da Remuneração global do Administradores, recomendando a aprovação ou não aprovação pela assembleia geral;

(ii) analisar proposta do Comitê de Remuneração acerca de correções ou aprimoramento da presente Política.

4.3. Área de Recursos Humanos

Caberá à área de Recursos Humanos os processos de atualização, divulgação e também auxiliar o Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração na interpretação de qualquer disposição desta Política.

A área de Recursos Humanos é responsável por dar ciência aos Administradores acerca do teor da Política, fornecendo-lhes cópia da Política, mediante assinatura em Termo de Adesão à Política de Remuneração de Administradores, conforme modelo anexo (Anexo 1) à presente.

A área de Recursos Humanos também é responsável por operacionalizar a transferência das ações aos Administradores, coordenando o fluxo de documentos e formalidades exigidas pelo Custodiante.

4.4. Compliance

Caberá à área de Compliance assegurar a aderência desta Política às normas vigentes e às demais políticas internas do Banco ABC.

4.5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna, revisará periodicamente (de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria), o ambiente de controle interno que assegura a aderência à esta política (incluindo recomendações para eventuais ações corretivas).

4.6. Departamento Jurídico

O Departamento Jurídico é responsável por:

(i) formalizar em atas as deliberações dos órgãos da administração acerca de eleições e Remuneração;

(ii) comunicar a área de Recursos Humanos acerca da homologação, pelo Banco Central do Brasil, de nomes dos Administradores; e

(iii) fornecer pareceres e orientações jurídicas acerca da presente Política, quando solicitado.

4.7. Área Fiscal

A área fiscal é responsável por fornecer pareceres e orientações de cunho tributário acerca da presente Política, quando solicitada.

4.8. Área de Folha de Pagamento

Efetuar o pagamento da Remuneração, conforme orientações da Área de Recursos Humanos.

5 - Requerimentos da Política

5.1. Aspectos gerais

5.1.1. A Remuneração dos Administradores será composta da seguinte forma:

- a) Conselho de Administração: Remuneração Fixa mensal composta por honorários. O Vice-Presidente do Conselho de Administração, em virtude de atribuições específicas, conforme deliberado pelos seus membros, fará jus à Remuneração Variável, observando o disposto no item 5.3.3. desta Política.
- b) Comitê Executivo: Remuneração Fixa e Remuneração Variável, conforme disposições específicas nos itens 5.3.3.2, 5.3.3.5 e 5.3.3.6.
- c) Diretores: Remuneração Fixa e Remuneração Variável, conforme disposições específicas nos itens 5.3.3.1, 5.3.3.5 e 5.3.3.6.

5.1.2. O montante global da Remuneração dos Administradores deve ser proposto pelo Comitê de Remuneração e fixado pela assembleia geral de acionistas, conforme recomendação do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social do Banco ABC e da regulamentação aplicável.

5.2. Da Remuneração Fixa

5.2.1. A Remuneração Fixa é paga mensalmente por meio de transferência bancária, sujeita à dedução/retenção de todos os tributos e encargos sociais e trabalhistas aplicáveis nos termos da legislação vigente.

5.3. Da Remuneração Variável

5.3.1. Composição da Remuneração Variável

5.3.1.1. Toda Remuneração Variável paga ao Administrador observará as regras estabelecidas nesta Política e na regulamentação vigente.

5.3.1.2. Exclusivamente para os fins dessa Política, a Remuneração Variável dos Diretores empregados compreende os valores devidos nos termos de acordos de participação nos lucros e resultados negociados com o Sindicato representativo da categoria profissional, inclusive pagamentos baseados em ações.

5.3.1.3. A Remuneração Variável dos membros do Comitê Executivo, pelo caráter decisório a eles atribuídos pelo Estatuto Social, compreende valores fixados pelo Banco ABC e pagos com base em instrumento equivalente ao PLR.

5.3.2. Montante da Remuneração Variável

5.3.2.1. O montante da Remuneração Variável dos Administradores é fixado e atribuído com base nos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) os riscos correntes e potenciais do Banco ABC e empresas subsidiárias;
- (ii) o resultado geral do Banco ABC e empresas subsidiárias, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis pelo Banco ABC e empresas subsidiárias);
- (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa do Banco ABC e empresas subsidiárias;
- (iv) o ambiente econômico em que o Banco ABC e empresas subsidiárias estão inseridos e suas tendências;
- (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez;
- (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada Diretor sem designação específica, na forma prevista no PLR negociado nos termos da Lei nº 10.101/2000, ou em instrumento equivalente para os membros do Comitê Executivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração, e arquivado na sede do Banco ABC, observado o disposto no item 5.3.2.2 abaixo;
- (vii) o desempenho da unidade de negócios; e

(viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio, o desempenho do Banco ABC como um todo, das empresas subsidiárias, e os riscos assumidos.

5.3.2.2. O desempenho dos Administradores das áreas de controle interno e de gestão de riscos não será avaliado com base no desempenho das unidades por eles controladas ou avaliadas.

5.3.3. Do pagamento da Remuneração Variável aos Administradores

5.3.3.1. O período de apuração e pagamento da Remuneração Variável dos Diretores do Banco ABC é anual, a ser pago até fevereiro do ano subsequente ao da aferição dos resultados. A critério do Comitê Executivo, será possível o adiantamento do equivalente a até 40% (quarenta por cento) do valor pago no ano anterior, a ser pago no mês de agosto do ano vigente. Mediante autorização do Comitê Executivo e conforme o desempenho e resultado verificado, o adiantamento poderá considerar o ano vigente para o cálculo do percentual retro mencionado.

5.3.3.2. O período de apuração e pagamento da Remuneração Variável dos membros do Comitê Executivo será semestral, a ser pago nos meses de fevereiro e agosto.

5.3.3.3. O período de apuração, forma e momento do pagamento da Remuneração Variável dos Administradores das empresas subsidiárias, exceto as financeiras, serão definidos pela Área de Pessoas, observando, naquilo que couber, as regras constantes desta Política.

5.3.3.4. A remuneração dos Administradores das empresas subsidiárias, quando autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, deverá, necessariamente, observar as regras constantes da Resolução nº 3.921/10 e da presente Política.

5.3.3.5. Quanto à forma de pagamento:

A Remuneração Variável dos Administradores será paga em proporção que leve em conta o nível de responsabilidade e a atividade do administrador, observando os seguintes critérios:

I – Aos Diretores:

(a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados do Banco ABC, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, será pago em espécie; e

(b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados do Banco ABC, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, poderá ser pago em ações preferenciais do Banco ABC (código B3 -

Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ABCB4), doravante denominadas “Ações”, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos.

II – Aos membros do Comitê Executivo:

(a) 100% (cem por cento) do valor determinado para a Remuneração Variável será pago em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos.

III – Aos membros do Conselho de Administração, quando aplicável:

(a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a Remuneração Variável será pago em espécie; e

(b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a Remuneração Variável será pago em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos.

IV – Aos Administradores das empresas subsidiárias:

Poderão ser utilizadas as Ações existentes em tesouraria, observadas as regras da Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis, ou a utilização de mecanismos que propiciem efeitos semelhantes, tais como instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, à critério da Área de Pessoas.

5.3.3.6. Quanto ao momento do pagamento:

I – Diretores:

(a) a parcela da Remuneração Variável paga em espécie, que corresponde a até 50% da remuneração variável total, será quitada nos termos e prazos do acordo de PLR pactuado conforme Lei nº 10.101/2000; e

(b) a parcela da Remuneração Variável paga em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, que corresponde a no mínimo 50% da Remuneração Variável total, será quitada de forma diferida (“Remuneração Variável Diferida”), de forma proporcional ao período de diferimento, conforme indicado na tabela abaixo:

Prazo após o pagamento da Remuneração Variável Diferida	Porcentagem das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos. a serem entregues aos Diretores
1 ano (ou 365/366 dias)	33,33%
2 anos (ou 730 dias)	33,33%
3 anos (ou 1096 dias)	33,34%

II – Membros do Comitê Executivo:

(a) 60% da Remuneração Variável paga em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, será efetuada de forma diferida pelo prazo de 6 (seis) meses, sendo quitada após o referido período; e

(b) 40% da Remuneração Variável paga em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, será efetuada de forma diferida, de forma proporcional ao período de diferimento, conforme indicado na tabela abaixo:

Prazo para pagamento da Remuneração Variável Diferida	Porcentagem das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos. a serem entregues aos membros do Comitê Executivo
1 ano (ou 365/366 dias)	33,33%
2 anos (ou 730 dias)	33,33%
3 anos (ou 1096 dias)	33,34%

III – Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável:

(a) a totalidade da parcela da Remuneração Variável paga em espécie, que corresponde a até 50% da Remuneração Variável total, será paga em agosto do ano vigente e fevereiro do ano subsequente.

(b) a parcela da Remuneração Variável paga em Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, que corresponde a, no mínimo 50% da Remuneração Variável total, será paga de forma diferida, de forma proporcional ao período de diferimento, conforme indicado na tabela abaixo:

Prazo para pagamento da Remuneração Variável Diferida	Porcentagem das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos a serem entregues aos membros do Conselho de Administração, quando aplicável
1 ano (ou 365/366 dias)	33,33%
2 anos (ou 730 dias)	33,33%
3 anos (ou 1096 dias)	33,34%

5.3.3.7. O número de Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos a serem entregues aos Administradores sujeitar-se-á à variação de valor das Ações. Para fins desse cálculo, o preço de cada Ação corresponderá ao valor médio de fechamento das Ações Preferenciais (ABCB4) nos pregões na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) do mês de junho (para

as entregas relativas ao primeiro semestre) e do mês de dezembro (para as entregas relativas ao segundo semestre ou relativas a todo o ano, conforme aplicável nesta Política).

5.3.3.8. No momento da entrega das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos sujeitos a diferimento, será pago também aos Administradores, em dinheiro, o equivalente ao valor dos dividendos e dos juros sobre capital próprio pagos durante o período de diferimento para cada Ação, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, multiplicado pelo número de Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos que estiverem sendo entregues, corrigido por CDI.

5.3.3.9. Na hipótese de transferência de controle acionário do Banco ABC durante o período de diferimento da Remuneração Variável, no momento de cada entrega aos Administradores das Ações que ocorrer após a transferência de controle, será pago aos Administradores uma quantia adicional equivalente à diferença entre (a) o valor por ação pago pelo comprador/adquirente ao acionista controlador alienante e (b) o valor de mercado de tais Ações na data de transferência de controle do Banco ABC. Essa diferença deverá ser corrigida pelo CDI. O pagamento previsto neste item será devido aos Administradores, observados os prazos e condições estabelecidos nos itens 5.3.3 e 5.3.4, mesmo em caso de desligamento do Administrador, seja com ou sem justa causa.

5.3.4. Da Redução da Remuneração Variável

5.3.4.1. A entrega das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos referentes à Remuneração Variável Diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável, (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado do Banco ABC ou das empresas subsidiárias; (ii) resultado negativo do Banco ABC ou das empresas subsidiárias; ou (iii) erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à Remuneração Variável. No caso de ocorrer uma redução significativa do lucro recorrente realizado ou um resultado negativo da instituição ou das empresas subsidiárias, ou ainda a detecção de erros cometidos no período aquisitivo do direito à Remuneração Variável, durante um determinado período, a parcela da Remuneração Variável Diferida ainda não paga, devida no período seguinte, deverá ser revertida ao Banco ABC ou às empresas subsidiárias proporcionalmente à redução no resultado, observado o disposto a seguir.

5.3.4.2. Para fins desta cláusula considera-se significativa a redução igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do resultado do período, comparado ao mesmo período do ano anterior.

5.3.4.3. Em caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo da instituição ou das empresas subsidiárias durante o período de diferimento, a parcela da Remuneração Variável Diferida que seria entregue aos Administradores no semestre seguinte deverá ser reduzida de acordo com a seguinte tabela:

Diminuição de resultado durante um semestre	Redução da Remuneração Variável Diferida pagável no período seguinte
de 50% a 59%	20%
de 60% a 69%	25%
de 70% a 79%	30%
de 80% a 89%	35%
de 90% a 99%	40%
Em caso de prejuízo no período	50%

5.3.5. Regras aplicáveis à remuneração variável em caso de desligamento do Administrador

5.3.5.1. Em caso de desligamento do Administrador, serão aplicáveis as seguintes regras:

(i) em caso de renúncia/pedido de demissão do Administrador ou destituição/desligamento por justa causa, o Administrador não receberá as Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos cuja entrega tenha sido diferida, nos termos do item 5.3.3 acima, e não tenha ainda decorrido o prazo do diferimento até a data de renúncia ou destituição/desligamento por justa causa do Administrador, ressalvado o disposto no item 5.3.4.3 acima;

(ii) em caso de destituição/desligamento sem justa causa, o Administrador receberá as Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, cuja entrega tenha sido diferida nos termos do item 5.3.3 acima, proporcionalmente à parcela do período de diferimento em que o Administrador permaneceu em seu cargo, ressalvado o disposto no item 5.3.4.3 acima;

(iii) em caso de incapacidade total e permanente do Administrador, conforme atestado pela Previdência Social, o direito do Administrador e/ou de seus dependentes à Remuneração Variável Diferida já apurada não será afetado, sendo que a totalidade das Ações, instrumentos baseados em Ações ou outros ativos, cuja entrega tenha sido diferida, será entregue ao Administrador, dentro dos prazos previstos no item 5.3.3 acima e desde que não verificada a condição resolutive prevista no item 5.3.4.3 acima; e

(iv) em caso de falecimento do Administrador, não será afetado o direito ao recebimento da Remuneração Variável. Nesta hipótese, a entrega da Remuneração Variável Diferida será antecipada e efetuada em benefício dos herdeiros do falecido, após a conclusão do inventário (judicial ou extrajudicial).

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Não Vinculação

6.1.1. Esta Política não conferirá a qualquer Administrador direito de manutenção de seu contrato de trabalho ou à manutenção de seu mandato, em qualquer condição ou interferirá ou alterará as condições da contratação e os direitos ajustados entre o Administrador e o Banco ABC ou empresas subsidiárias. O Banco ABC e empresas subsidiárias reservam-se o direito de rescindir a qualquer tempo o contrato de trabalho ou destituir o Administrador do cargo ocupado, conforme o caso.

6.2. Modificações

6.2.1. O Banco ABC reserva-se, ainda, o direito de rever, modificar, alterar ou revogar esta Política caso haja alteração material ou relevante das leis ou regulamentos que regem as sociedades anônimas, as instituições financeiras, as relações trabalhistas, os encargos previdenciários e tributários incidentes sobre a Remuneração, ou ainda mediante revisão realizada pelo Comitê de Remuneração que no próprio ato justificará a conveniência e oportunidade da revisão.

6.3. Vigência

6.3.1. Esta Política vigorará por prazo indeterminado.

6.4. Casos Omissos

6.4.1. Os casos omissos serão regulados pelo Comitê de Remuneração ou demais órgãos de administração do Banco ABC, conforme necessário.

6.5. Divisibilidade

6.5.1. A invalidade ou ineficácia de qualquer disposição desta Política não afetará os demais dispositivos, que permanecerão em pleno vigor e efeito.

6.6. Informações gerais

Na hipótese de situações não previstas na presente Política, o Comitê de Remuneração, o Comitê Executivo ou o Conselho de Administração determinará as ações necessárias com base nas circunstâncias enfrentadas pelo Banco à época, endereçando, conforme o caso, a proposta para aprovação no órgão competente.

O Banco ABC e suas subsidiárias poderão efetuar o pagamento de remuneração ou outros rendimentos por meio de Ações (instrumentos baseados em Ações ou outros ativos) ou, ainda, em espécie, como parte de estratégia de retenção, contratação / demissão e de reconhecimento de Administradores em caráter eventual, conforme definido pelo Comitê Executivo.

As remunerações pagas aos Administradores do Banco e das empresas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que estiverem associadas ao desempenho dos Administradores e em retribuição ao trabalho observarão os critérios previstos na Resolução CMN nº 3.921/2010, naquilo que for aplicável, e nesta Política.

A documentação relativa à presente Política deverá ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos.

6.7. Documentos Relacionados

- Lei nº 6.404/76 – Lei de Sociedades Anônimas
- Resolução nº 3.921/2010 – Dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Lei nº 10.101/2000 - Participação nos lucros e resultados
- Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei nº 5.452/43
- Lei nº 8.212/1991 – Seguridade Social

7 - Revisão da Política

Esta Política poderá ser revisada anualmente pelo Comitê de Remuneração. Eventuais correções ou aprimoramentos devem ser objeto de recomendação ao Conselho de Administração.

Anexo 1

TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

Pelo presente instrumento, **[NOME DO ADMINISTRADOR]**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente na [endereço completo], portador do documento de identidade nº [tipo e número], inscrito no CPF/ME sob nº [número], na qualidade de Administrador do Banco ABC Brasil S.A. [ou] [inserir os dados da subsidiária], instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 28.195.667/0001-06, doravante denominado simplesmente **Banco ABC [ou o nome da subsidiária]**, venho, por meio deste Termo de Adesão, declarar conhecimento e aceitar os termos da Política de Remuneração de Administradores, da qual recebi uma cópia.

[Data e local]

[Nome e assinatura do Administrador]